BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 01 | Janeiro 2015

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Janeiro de 2015

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de janeiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia
Rua da Prata, 8
1149-057 Lisboa
Telefone: +351 217 921 372
Fax: +351 217 921 398
URL: http://www.gee.min-economia.pt
E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Av. Infante D. Henrique nº. 1 – 1.º
1100 – 278 Lisboa
Telefone: +351 21 8823396
Fax: +351 21 8823399
URL: http://www.gpeari.min-financas.pt
E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072

(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura **5**

Sumário 7

1. Enquadramento Internacional 11

2. Conjuntura Nacional 15

3. Comércio Internacional 27

Artigos **33**

Em Análise **35**

Comércio Internacional Português de Vinhos (2009 a 2013 e jan-nov 2013-2014) 35

Iniciativas e Medidas Legislativas **45**

Abreviaturas Utilizadas **55**

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2014, assistiu-se a um abrandamento da produção industrial mundial e a uma desaceleração das trocas comerciais, devido ao menor desempenho da generalidade dos países emergentes, especialmente no domínio das exportações. A taxa de inflação das economias avançadas e de alguns países emergentes desacelerou, em resultado da quebra dos preços de energia. Com efeito, no 4.º trimestre de 2014, o PIB da China aumentou 7,3% em termos homólogos reais (igual ao trimestre precedente); o do Reino Unido reforçou o seu crescimento para 2,7% (2,6% no 3.º trimestre) e evidenciou-se a manutenção de um forte dinamismo da atividade económica dos EUA.

- No último trimestre de 2014, o indicador de sentimento económico diminuiu ligeiramente tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) devido à deterioração dos indicadores de confiança dos empresários do comércio a retalho e dos consumidores. No entanto, o indicador previsional de Banco de Itália, indica que o PIB em cadeia da AE melhorou em dezembro de 2014, (+0,2% no 3.º trimestre). Adicionalmente, os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2014, indicam uma melhoria das vendas a retalho e das exportações de bens; enquanto a produção industrial recuou. Em novembro de 2014, a taxa de desemprego desceu para 10% na UE (10,1%, no mês precedente) e manteve-se em 11,5% na AE e, a taxa de inflação da área do euro em dezembro de 2014 diminuiu para -0,2% em termos homólogos (+0,3%, em novembro) e para 0,4% em termos de variação dos últimos 12 meses (1,3% em 2013).

- Em janeiro de 2015 e, até ao dia 28, o preço *spot* do petróleo Brent desceu de forma acentuada, para se situar, em média, em 50 USD/bbl (43 €/bbl), o mais baixo desde meados de 2009, seguindo a tendência global de diminuição registada a partir do 2.º semestre de 2014.

- Na parte final do ano de 2014 e início de 2015, assistiu-se a uma elevada volatilidade dos índices bolsistas internacionais e das taxas de câmbio, refletindo as preocupações quanto ao ritmo de crescimento económico mundial; a perspetiva ainda frágil da economia da área do euro; a crise financeira da Rússia e a divergência de orientação de política monetária entre as diferentes regiões. Assim, a taxa de câmbio do euro face ao dólar apresentou uma depreciação expressiva (regressando a níveis de meados de 2003), associada, em parte, ao programa, anunciado pelo BCE a 22 de janeiro de 2015, de aquisição de ativos de âmbito alargado envolvendo a compra de obrigações de dívida pública. Com efeito, o euro face ao dólar desceu para 1,13 a 28 de janeiro de 2015 (1,38 e 1,21, respetivamente, no final de 2013 e 2014).

- Igualmente, verificou-se, uma forte depreciação de algumas divisas internacionais, refletindo preços mais baixos das matérias-primas, nomeadamente o petróleo e o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente, da crise Rússia/Ucrânia e da instabilidade do Médio Oriente).

Conjuntura Nacional

- De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre de 2014, o indicador de clima económico deteriorou-se, invertendo a tendência iniciada no final de 2012.

- O Índice de confiança dos consumidores atingiu em termos médios anuais, em 2014, o valor mais elevado desde 2002.

- O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos médios homólogos, 0,6% em outubro e novembro, desacelerando face aos 1,5% do terceiro trimestre.

- O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 2,4%, o que representa uma desaceleração de 0,3 p.p. face ao trimestre terminado em setembro de 2014.
- No final de 2014, o número de desempregados registados nos centros de emprego diminuiu 13,3%, enquanto as colocações aumentaram 25%, face ao ano anterior.
- Em 2014, a variação homóloga média do IPC fixou-se em -0,3%, -0,6 p.p. do que em 2013. O IHPC registou uma variação de -0,2%, 0,1 p.p. superior à do IPC. A variação homóloga do IPPI foi de -1,2%.
- Até novembro de 2014, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1133 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 875 milhões de euros em termos homólogos.
- Em 2014, o défice global provisório das administrações públicas (AP), na ótica da contabilidade pública, foi de 7074M€, uma melhoria de 1761,5M€ face ano anterior. O excedente primário cifrou-se em 597,2 M€, o que representa uma melhoria de 1992,3M€ quando comparado com o ano transato.
- Para este comportamento contribuíram os seguintes subsectores: a administração local passou de um défice de 62,6M€ para um excedente de 392,8M€, a administração regional diminuiu o défice em 417M€, o Estado apresentou uma diminuição do défice de 572M€, bem como os Serviços e Fundos Autónomos com uma redução de 386,8M€ do défice face ao ano anterior. O excedente da segurança social apresentou uma redução de 69,8M€.
- Em 2014, a execução financeira consolidada[1] provisória do SNS revelou um défice de 207,8M€, refletindo um agravamento de 228,5M€ face ao período homólogo.
- De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em novembro de 2014, a dívida pública das administrações públicas cifrou-se em 225,9 mil M€, mais 1529M€ que no final de outubro.

Comércio Internacional

- Os ***resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional*** recentemente divulgados[2] apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 1,7% nos primeiros onze meses de 2014. Neste mesmo período, as importações aumentaram 3,3%, o que levou a um agravamento de mil milhões de euros do défice da balança comercial (fob-cif), correspondente a 11,7%. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82,2%, menos 1,4 p.p. que em igual período de 2013.
- Nos primeiros onze meses de 2014, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais (4%). As importações registaram uma variação homóloga positiva e superior ao crescimento das exportações (6,7%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 47%.
- No último ano a terminar em novembro de 2014, as exportações de mercadorias cresceram 2,2% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do "Vestuário e Calçado", dos "Agroalimentares" e do "Material de Transporte" (todos com +0,8 p.p.). Nos primeiros onze meses de 2014, deve igualmente destacar-se o contributo positivo do "Vestuário e Calçado" (+0,9 p.p.), seguido do contributo dos

[1] Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

[2] Resultados mensais preliminares de janeiro a novembro de 2014.

"Agroalimentares" (+0,8 p.p.), do "Material de Transporte" e dos "Produtos Acabados diversos" (ambos com +0,7 p.p.).

* De janeiro a novembro de 2014, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 2,5 % e contribuíram em 1,8 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,3 % e as exportações para os países do Alargamento 7,7 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 1,5 p.p. e 0,2 p.p.. As exportações para o Reino Unido, registaram o maior contributo Intra UE-15 (+0,7 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e a Alemanha (ambos com +0,3 p.p.).

* Nos primeiros onze meses de 2014, as exportações para os Países Terceiros registaram um decréscimo de 0,3%, passando a representar 29% do total das exportações nacionais (-0,6 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+25,4%), a Argélia (+9,6%) e a Venezuela (+7,7%).

* De janeiro a novembro de 2014, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 1,8%. As exportações de produtos de baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,3 p.p., +0,9 p.p. e +0,2 p.p., respetivamente).

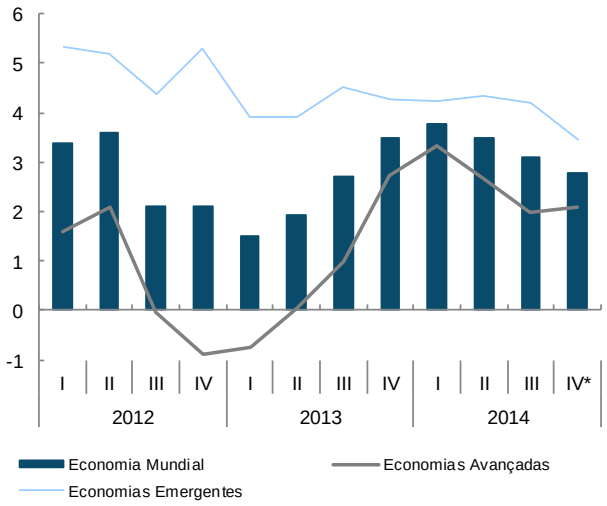
* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de outubro de 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,8% nos primeiros dez meses de 2014. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (6,1% e 1,3%, respetivamente) e destacou-se com o maior contributo para o crescimento do total das exportações (2 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2014, a produção industrial mundial desacelerou para 2,8% em termos homólogos (3,1% no 3.º trimestre) devido ao abrandamento dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos.

Figura 1.1.Produção Industrial
(VH, em %)



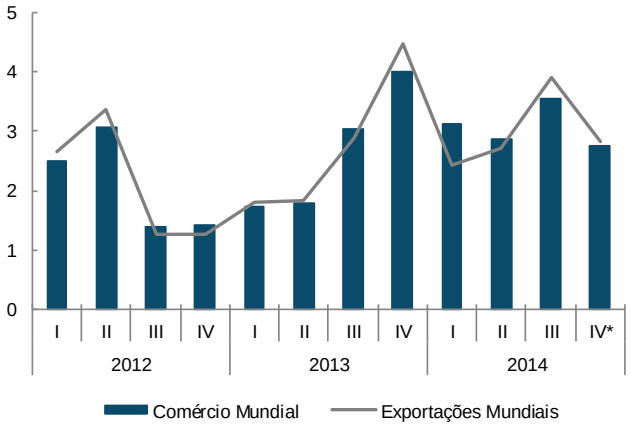
Fonte: CPB. * Média dos meses de outubro e novembro.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também regrediu no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2014, sobretudo em resultado do menor crescimento das exportações mundiais.

De facto, no conjunto destes dois meses e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 2,8% (3,6% no 3.º trimestre);
- as exportações e importações mundiais desaceleraram para 2,8% e 2,7%, respetivamente (3,9% e 3,2%, respetivamente, no 3.º trimestre).

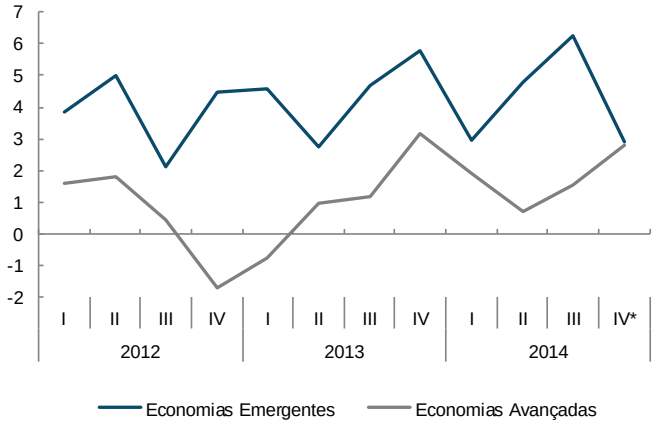
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias (VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média dos meses de outubro e novembro.

O enfraquecimento das trocas comerciais mundiais deu-se essencialmente nos países emergentes, abrangendo tanto as importações como as exportações, sendo mais significativo para o segundo caso. Nas economias avançadas, apesar de um ligeiro abrandamento das importações, verificou-se uma aceleração das exportações (nomeadamente do Japão e área do euro).

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média dos meses de outubro e novembro.

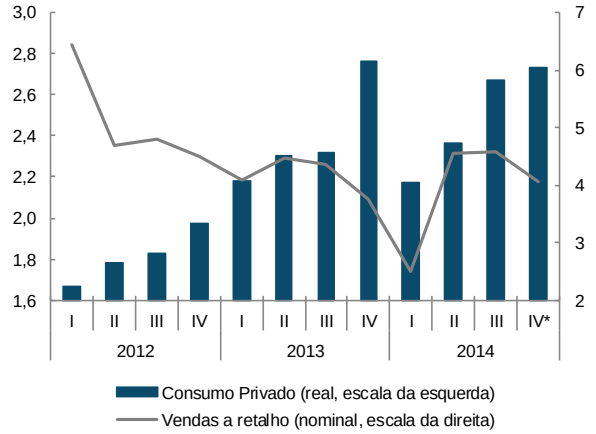
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013		2014			2014			
				3T	4T	1T	2T	3T	ago	set	out	nov
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	2,4	2,7	3,5	3,8	3,5	3,1	2,5	3,4	3,0	2,5
Economias Avançadas	VH	CPB	0,7	1,0	2,7	3,3	2,7	2,0	1,5	1,9	2,2	2,0
Economias Emergentes	VH	CPB	4,2	4,5	4,3	4,2	4,4	4,2	3,5	4,8	3,9	3,0
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	2,6	3,0	4,0	3,1	2,9	3,6	2,5	4,9	3,4	2,2
Importações Mundiais	VH	CPB	2,5	3,2	3,6	3,9	3,0	3,2	2,6	5,0	3,3	2,0
Economias Avançadas	VH	CPB	-0,4	-0,3	1,8	2,7	2,7	2,6	1,9	3,2	2,8	2,3
Economias Emergentes	VH	CPB	5,7	7,0	5,4	5,1	3,3	3,8	3,3	6,9	3,9	1,8
Exportações Mundiais	VH	CPB	2,7	2,9	4,5	2,4	2,7	3,9	2,4	4,7	3,4	2,3
Economias Avançadas	VH	CPB	1,1	1,2	3,2	1,9	0,7	1,6	0,5	2,2	2,7	2,9
Economias Emergentes	VH	CPB	4,4	4,7	5,8	3,0	4,8	6,3	4,2	7,3	4,1	1,7

Atividade Económica Extra-UE

Os indicadores disponíveis para o 4.º trimestre de 2014 indicam a manutenção de uma atividade económica dinâmica nos EUA e no Reino Unido; enquanto se assistiu a uma nova quebra da produção industrial do Japão. A taxa de inflação da generalidade das economias avançadas e em alguns países emergentes desaceleraram, em resultado da quebra dos preços de energia.

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



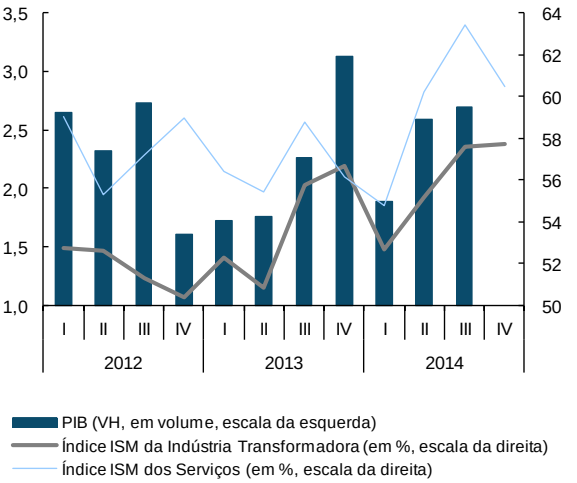
Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.* * p/ Consumo Privado, média dos meses de outubro e novembro.

Nos **EUA**, os dados para o 4.º trimestre de 2014 indicam que, em termos homólogos:

- a produção industrial aumentou para 4,8% (4,6% no 3.º trimestre) em linha com a melhoria do indicador de confiança dos empresários da indústria;
- as vendas a retalho desaceleraram para 4,1% em termos nominais (4,6% no 3.º trimestre);
- a taxa de desemprego diminuiu para 5,7% (o valor mais baixo desde o 3.º trimestre de 2008) e a taxa de inflação homóloga desceu para 1,2% (1,8% no 3.º trimestre).

No conjunto dos meses de outubro e novembro de 2014 e em comparação homóloga, o consumo privado manteve o crescimento de 2,7% em termos reais e, as exportações de bens desaceleraram para 0,9% em termos nominais (4,0% no 3.º trimestre).

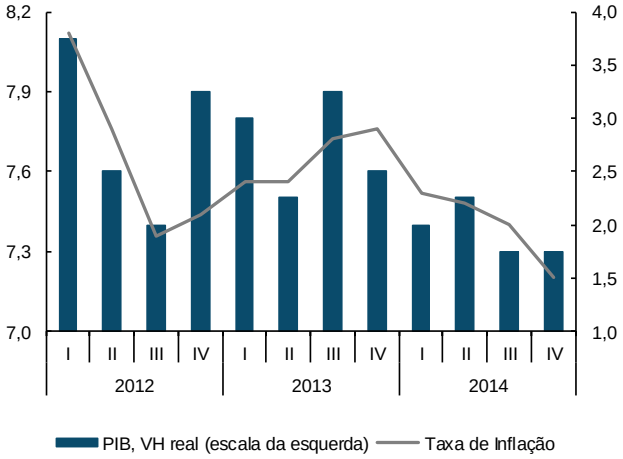
Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e Serviços dos EUA



Fontes: *Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management*. Nota: um valor>50 indica expansão e <50 representa contração da atividade.

No 4.º trimestre de 2014, o PIB da **China** aumentou 7,3% em termos homólogos reais (igual ao trimestre precedente). As exportações nominais desaceleraram para 8,7% em termos homólogos (13,1%, no 3.º trimestre) e para 6,1% no conjunto do ano de 2014 (7,8% em 2013).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

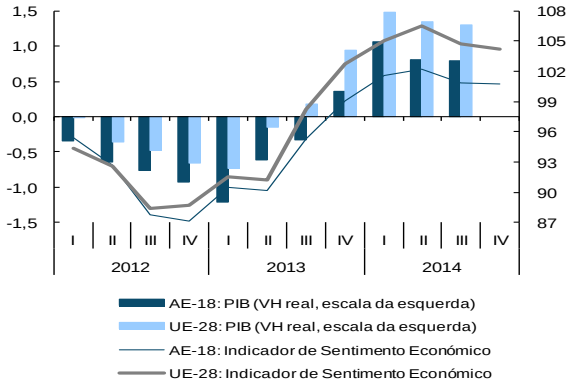
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
EUA – PIB real	VH	BEA	:	3,1	1,9	2,6	2,7	:	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,3	3,3	3,3	4,2	4,6	4,8	4,5	4,4	5,2	4,9
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,8	56,7	52,7	55,2	57,6	57,7	56,6	59,0	58,7	55,5
Índice ISM dos Serviços	%	"	59,7	56,2	54,8	60,2	63,4	60,5	62,9	60,0	64,4	57,2
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	84,1	76,9	80,9	82,8	83,0	89,8	84,6	86,9	88,8	93,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	6,2	7,0	6,6	6,2	6,1	5,7	5,9	5,7	5,8	5,6
China – PIB real	VH	NBSC	7,4	7,6	7,4	7,5	7,3	7,3	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	6,1	7,5	-4,7	5,1	13,1	8,7	15,3	11,6	4,7	9,7
Japão – PIB real	VH	COGJ	:	2,2	2,2	-0,3	-1,2	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2014, o indicador de sentimento económico diminuiu ligeiramente tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE). No entanto, o indicador previsional do Banco de Itália indica que o PIB em cadeia da AE acelerou em dezembro de 2014 (+0,2% no 3.º trimestre).

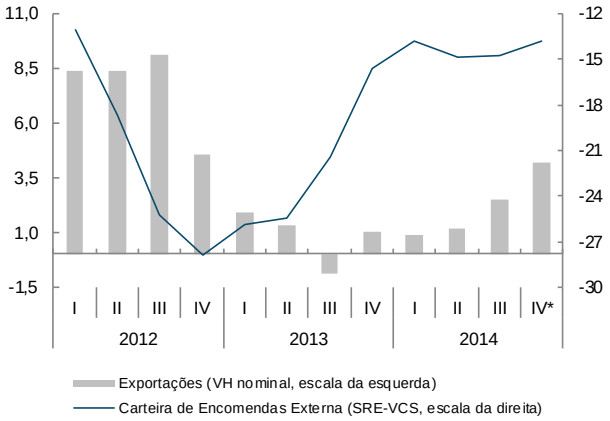
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de outubro e novembro de 2014, indicam uma melhoria das vendas a retalho e das exportações de bens; enquanto a produção industrial desacelerou.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

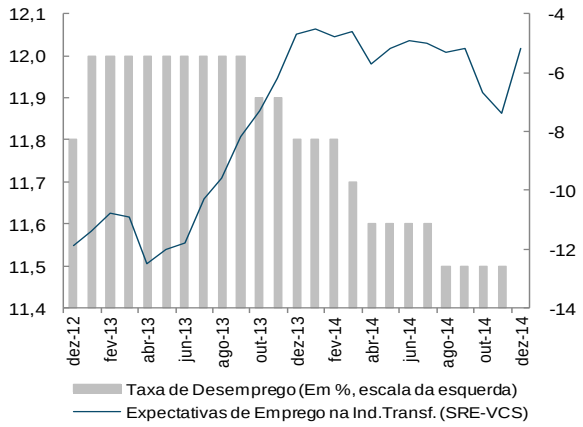


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * p/Exportações, média dos meses de outubro e novembro.

Em novembro de 2014, a taxa de desemprego desceu para 10% na UE (10,1%, no mês precedente) e manteve-se em 11,5% para a área do euro.

Em dezembro de 2014, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora; comércio a retalho e construção; enquanto pioraram para o setor dos serviços.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em dezembro de 2014, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para -0,2% em termos homólogos (+0,3%, em novembro) e para 0,4% para o conjunto do ano de 2014 (1,3%, no ano de 2013).

A evolução para o conjunto do ano de 2014 refletiu sobretudo uma redução dos preços de energia, os quais caíram 1,9%, em média (+0,6%, no ano de 2013) e uma quebra dos preços de bens alimentares não transformados, a qual foi de –0,9%, em média (+3,5%, em 2013).

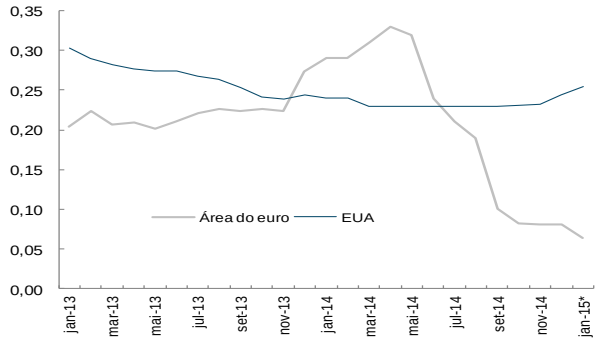
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	:	0,9	1,5	1,3	1,3	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,1	102,8	105,1	106,5	104,7	104,2	103,6	104,2	104,1	104,2
Área do Euro (AE-18) – PIB real	VH	Eurostat	:	0,4	1,1	0,8	0,8	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,4	99,1	101,6	102,2	100,9	100,7	99,9	100,7	100,7	100,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	:	1,5	1,5	0,8	0,5	:	0,1	1,0	-0,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	:	0,4	1,0	1,3	1,0	:	0,7	1,7	1,3	:
Taxa de Desemprego	%	"	:	11,9	11,8	11,6	11,5	:	11,5	11,5	11,5	:
IHPC	VH	"	0,4	0,8	0,6	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,3	-0,2

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em janeiro de 2015, as taxas de juro de curto prazo desceram para a área do euro, prosseguindo a tendência dos últimos meses; enquanto subiram para os EUA. Com efeito, até ao dia 28, a taxa Euribor a 3 meses diminuiu para 0,06% (0,21%, em média, para o ano de 2014) e subiu para 0,25% nos EUA (0,23%, em 2014).

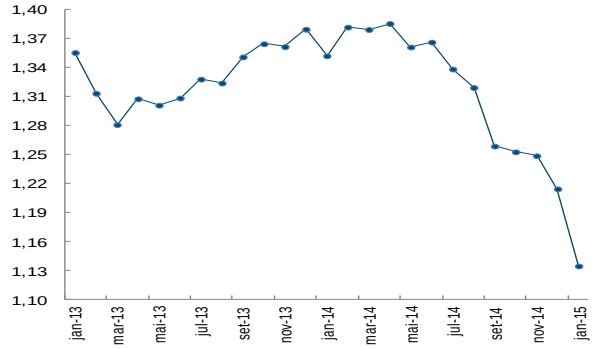
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 28.

Em dezembro de 2014, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto para a área do euro como para os EUA, refletindo, a incerteza generalizada das perspetivas económicas mundiais. Adicionalmente, sob a influência dos progressos alcançados na construção da União Bancária da UE, assistiu-se, em 2014, a uma redução do diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo dos chamados países periféricos da área do euro face à Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar
(fim do período)

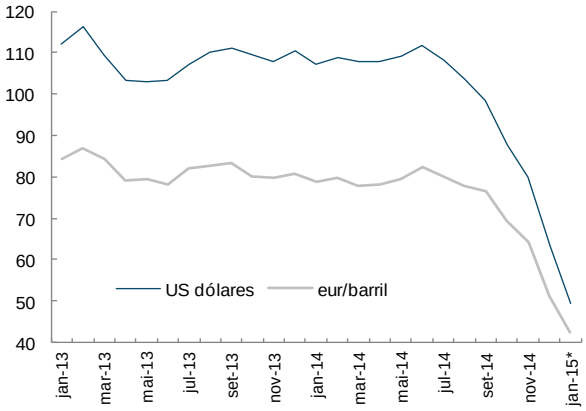


Fonte: Banco de Portugal. Para janeiro, o valor é do dia 28.

No final de 2014 e início de 2015, registou-se uma elevada volatilidade cambial, com destaque para uma depreciação expressiva do euro, associada, em parte, ao programa, anunciado pelo BCE a 22 de janeiro, de aquisição de ativos de âmbito alargado envolvendo a compra de obrigações de dívida pública. Assim, o euro face ao dólar desceu para 1,13 a 28 de janeiro (1,38, no final de 2013). Igualmente, verificou-se, uma forte depreciação de algumas divisas internacionais, nomeadamente, da Rússia, do Brasil e de outros países produtores de petróleo.

Em dezembro de 2014, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 52,9 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em janeiro de 2015 e, até ao dia 28, o preço do petróleo *Brent* continuou a descer de forma acentuada para se situar, em média, em 50 USD/bbl (43 €/bbl), os mais baixos desde meados de 2009.

Figura 1.12. Preço médio *Spot* do Petróleo *Brent*
(Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 28.

No 4.º trimestre de 2014, o preço das matérias-primas não energéticas desacelerou, tendo diminuído 7,5% em termos homólogos (-3,1% no 3.º trimestre) devido sobretudo à descida dos preços dos metais e dos *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014			
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,08	0,29	0,31	0,21	0,08	0,08	0,08	0,09	0,08	0,08
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,53	2,73	2,75	2,61	2,49	2,28	2,53	2,30	2,33	2,21
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	2,05	2,97	2,66	2,23	1,80	1,50	1,66	1,62	1,54	1,35
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,214	1,38	1,379	1,366	1,258	1,214	1,258	1,252	1,248	1,214
Dow Jones*	VC	Yahoo	7,5	9,6	-0,7	2,2	1,3	4,6	-0,3	2,0	2,5	0,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	1,2	7,5	1,7	2,1	-0,1	-2,5	1,7	-3,5	4,4	-3,2
Spot do Petróleo *Brent* em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	99,52	109,28	107,95	109,66	103,42	64,39	98,55	87,88	79,99	63,31
Spot do Petróleo *Brent* em USD/bbl**	VH	"	-8,4	-0,7	-4,1	6,3	-5,6	-40,7	-11,3	-19,7	-25,8	-42,8
Spot do Petróleo *Brent* em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-8,4	-5,3	-7,5	1,3	-5,6	-23,3	-8,2	-13,6	-19,8	-36,4
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	:	75,5	75,7	75,0	73,0	60,7	72,3	66,2	62,9	52,9

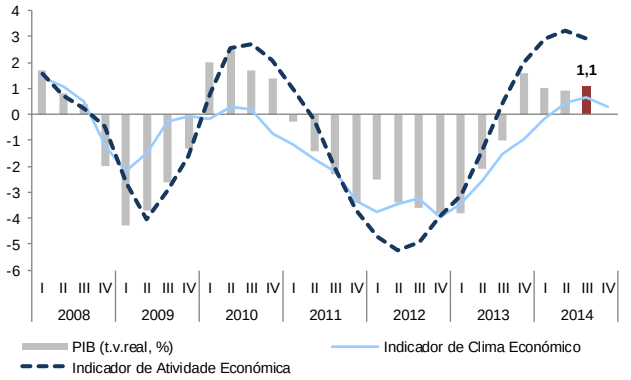
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal (sempre que não haja deflator, utiliza-se o último deflator conhecido). Nota: O preço do Petróleo *Brent de* 2009 a 2014 corresponde à média diária do IGCP.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o 4.º trimestre de 2014, o indicador de clima económico deteriorou-se, invertendo a tendência iniciada no final de 2012.

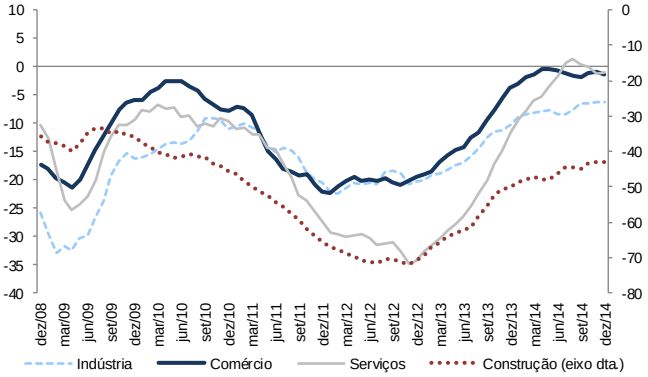
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

De facto, no quarto trimestre, assistiu-se a uma diminuição do indicador de confiança dos serviços, contrariamente ao observado para a construção, comércio e indústria, quando comparados com o trimestre anterior.

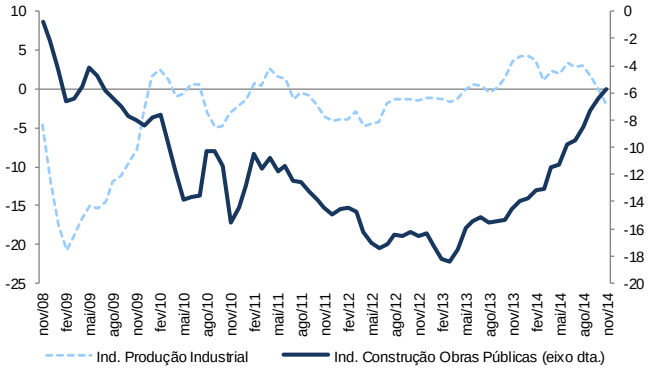
Figura 2.2. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

O indicador de atividade económica do INE, no trimestre terminado em novembro, apresentou um crescimento homólogo de 2,5%, um valor 0,4 p.p. inferior ao observado no trimestre terminado em setembro.

Figura 2.3. Índices de Produção
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de outubro e novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou uma quebra de 1,8% e o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 3,0% (+1,6% e -1,3% no segundo trimestre de 2014, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra menos acentuada (-5,8% quando no trimestre acabado em setembro apresentava uma variação homóloga de -7,3%);
- o índice de volume de negócios nos serviços deteriorou-se face ao período homólogo (+1,4 p.p. face ao 3.º trimestre de 2014);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um aumento de 0,6%, inferior em 0,9 p.p. face ao período compreendido entre julho e setembro de 2014.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

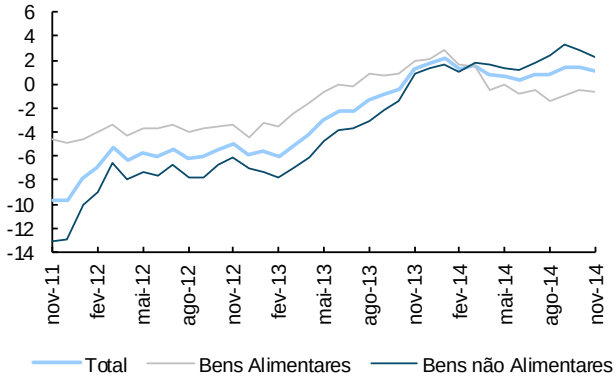
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013	2014				2014				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,4	1,6	1,0	0,9	1,1	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,1	-0,9	-0,2	0,4	0,7	0,3	0,7	0,7	0,7	0,5	0,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-14,7	-10,3	-8,2	-8,4	-6,5	-6,3	-6,4	-6,4	-6,6	-6,1	-6,1
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-11,1	-3,7	-1,3	-0,7	-1,9	-1,3	-1,7	-2,0	0,1	-1,2	-3,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-22,2	-11,7	-6,0	-1,7	0,3	-1,1	0,7	-2,1	1,3	-3,1	-1,5
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-58,4	-50,2	-47,2	-46,3	-44,9	-42,9	-45,5	-44,3	-40,4	-43,8	-44,5
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	0,8	4,2	1,2	3,3	1,6	:	3,1	-2,9	-0,5	-3,1	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	0,3	3,0	-0,3	-1,1	-1,3	:	-4,9	0,8	0,5	-6,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-4,4	-3,0	-1,5	-0,8	-3,6	:	-3,5	-4,5	-2,1	-2,2	:

Consumo Privado

Nos meses de outubro e novembro, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 0,6%, menos 0,9 p.p. do que no terceiro trimestre. Para este abrandamento foi decisivo o comportamento componente não alimentar que desacelerou dos 3,3% no terceiro trimestre para 1,5% nos meses de outubro e novembro. Já a componente alimentar recuperou 0,3 p.p. para -0,6%.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho

(MM3,VH)



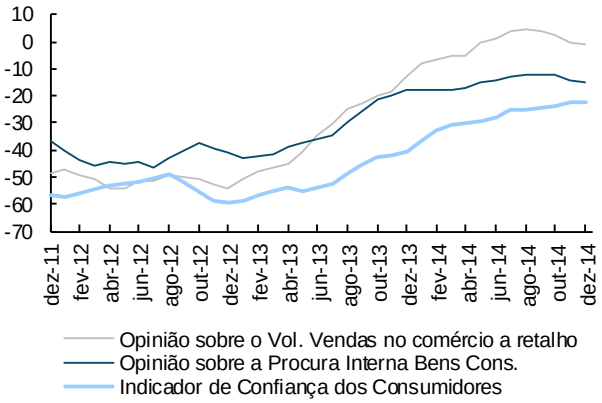
Fonte: INE.

No último trimestre de 2014, o Índice de Confiança dos Consumidores registou uma melhoria face aos valores do trimestre precedente. Já os indicadores de opinião dos empresários relativos ao volume de vendas no Comércio a Retalho e Procura Interna de Bens de Consumo registaram uma quebra face ao mesmo período.

Em termos anuais, todos os indicadores registaram uma melhoria face a 2013.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores

(SRE-VE, MM3)

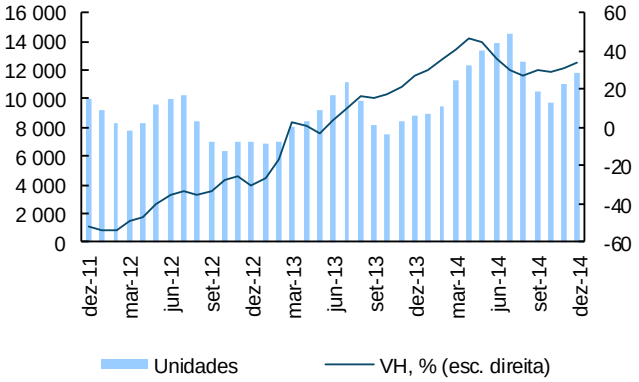


Fonte: INE.

Em 2014 foram vendidos 142 827 automóveis ligeiros de passageiros, o que representa um aumento de 34,8% face ao ano anterior. Esta dinâmica foi comum à totalidade do ano, ainda que uma ligeira desaceleração no segundo semestre.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros

(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	:	1,3	2,1	1,8	2,7	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-26,3	-40,4	-30,7	-27,6	-24,6	-22,3	-26,6	-23,2	-22,2	-21,4	-23,5
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	0,0	-13,2	-4,9	1,3	4,1	-0,7	5,6	2,3	-0,9	-1,8	0,6
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	:	1,7	1,6	0,3	1,5	:	1,3	1,9	1,0	0,2	:
Bens Alimentares	VH	"	:	2,1	1,4	-0,7	-0,9	:	-0,6	-0,8	0,1	-1,2	:
Bens não alimentares	VH	"	:	1,3	1,7	1,1	3,3	:	2,8	4,0	1,7	1,2	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	34,8	27,1	40,6	35,5	29,8	33,5	26,1	31,7	29,7	33,0	37,9
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	:	6,0	7,0	3,0	2,9	:	-0,5	7,2	5,1	6,4	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

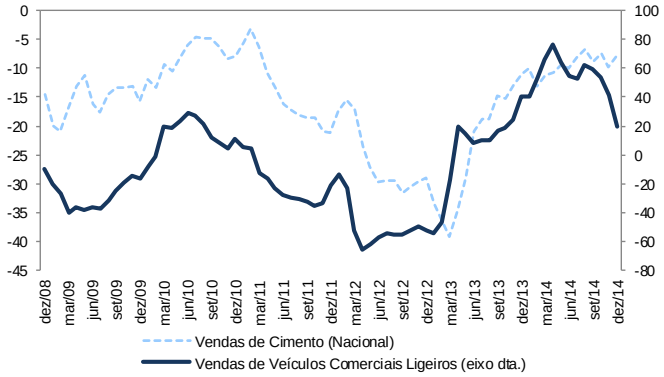
Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 4.º trimestre de 2014, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros subiram 19,8% (59,5% no trimestre terminado em setembro de 2014) acompanhadas pela variação de 11,5% na venda de veículos comerciais pesados, uma quebra de 27,6 p.p. face ao 3.º trimestre do ano corrente;
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso melhoraram quando comparadas com o trimestre terminado em setembro;
- as vendas de cimento registaram uma queda de 7,9% (-8,9% no trimestre anterior).

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros

(VH, MM3)

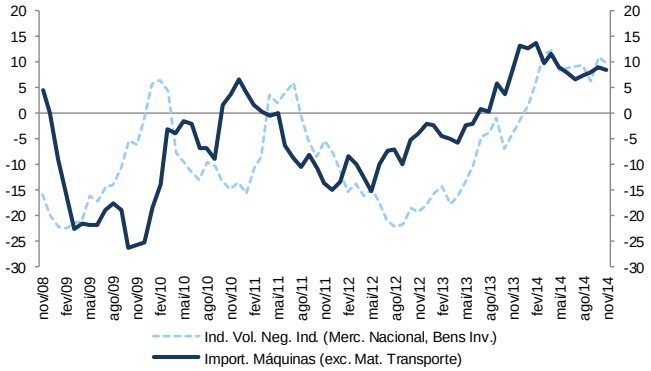


Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

O Indicador de Máquinas e Equipamentos do INE registou um crescimento homólogo de 2,4%, o que representa uma desaceleração de 0,3 p.p. face ao trimestre terminado em setembro de 2014.

Figura 2.8. Bens de Equipamento

(VH, MM3)



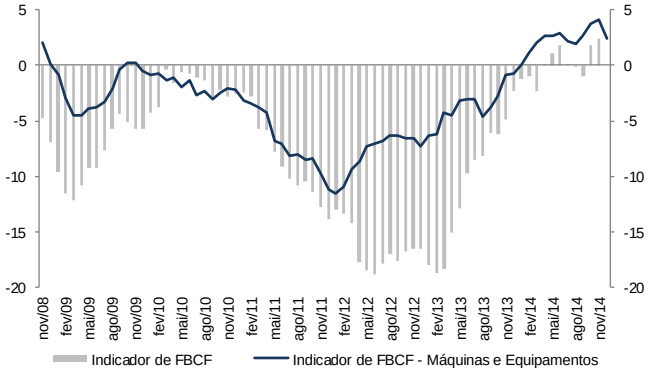
Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos aos meses de outubro e novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 10,1% (6,1% no 3.º trimestre de 2014);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 6,9% (-1,0 p.p. face ao trimestre terminado em setembro).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes

(VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

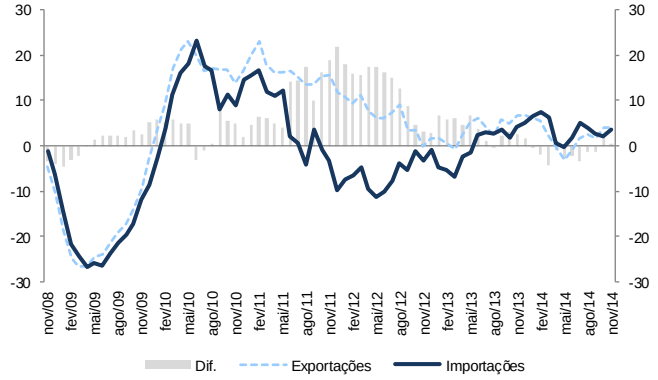
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013	2014				2014				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-6,6	-1,7	11,7	3,7	2,0	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-6,3	0,6	0,6	3,3	3,7	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-9,1	-2,4	-2,3	1,8	-0,9	:	-0,2	-0,9	1,9	2,4	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-22,8	-10,9	-11,3	-10,0	-8,9	-7,9	-12,2	-6,9	-3,7	-19,2	1,0
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,7	40,4	66,1	54,9	59,5	19,8	72,6	51,0	45,9	32,2	1,5
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	16,6	85,6	40,5	50,4	39,2	11,5	7,9	91,9	12,3	73,5	-19,8
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-21,2	-9,5	1,5	-6,1	2,0	7,1	8,1	5,5	8,2	14,9	-1,8
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-33,8	-32,1	-17,7	-14,4	-12,5	:	-25,2	3,8	38,1	20,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	3,1	13,3	9,8	7,8	7,9	:	7,6	12,2	7,4	6,4	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,6	-1,2	11,6	8,8	6,1	:	1,7	8,8	19,7	0,5	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para outubro e novembro, apontam para uma aceleração das exportações e um crescimento das importações a um ritmo inferior ao observado no trimestre precedente (4,4% e 2,2%, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



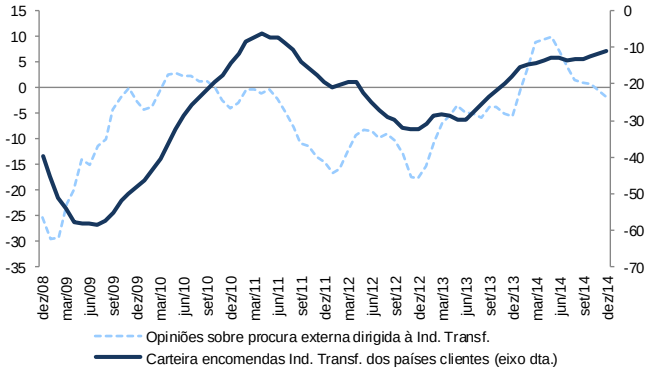
Fonte: INE.

Também nos meses de outubro e novembro, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 8,7%, um valor superior aos dos -0,3% registados no trimestre terminado em setembro. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 2,6% (+2,3% no 3.º trimestre);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário subiu 5,6%, enquanto que o mercado extracomunitário registou uma quebra de 7,4% em termos homólogos (6,8% e -6,5% no 3.º trimestre respetivamente). Em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 82,2% (83,6% em igual período de 2013).

No 4.º trimestre de 2014, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais negativas quando comparadas com o trimestre anterior. No entanto, a Carteira Encomendas da Indústria Transformadora dos países clientes melhorou.

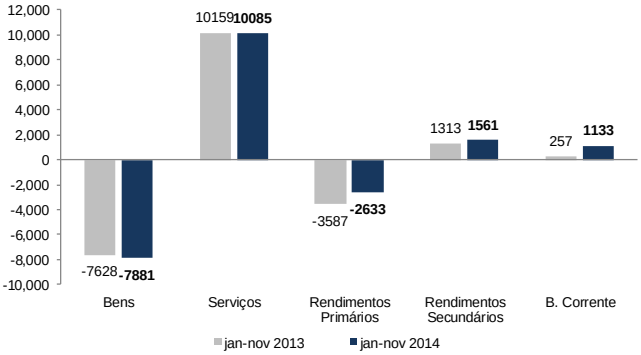
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria
(MM3)



Fonte: INE.

Até novembro de 2014, o excedente acumulado da balança corrente foi de 1133 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 875 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, uma melhoria do saldo da Balança de Rendimentos Primários em 954 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 3302 milhões de euros (uma melhoria de 521 milhões de euros face ao ano acabado em agosto de 2013).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

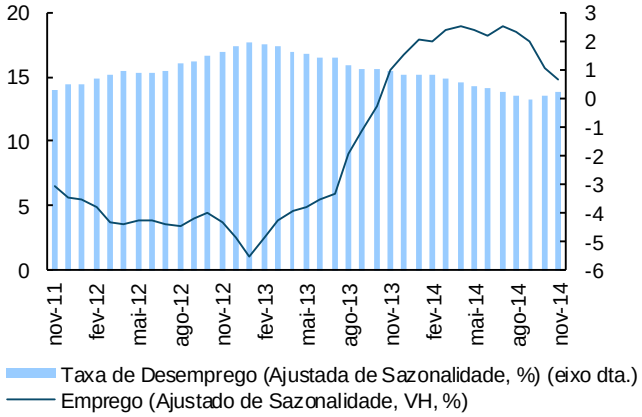
Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013		2014			2014				
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	nov
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	6,4	7,4	8,8	3,1	2,0	2,9	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	3,6	6,7	6,0	8,7	4,0	5,3	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços	%PIB	"	1,0	0,5	1,3	0,2	1,0	0,2	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia	%PIB	"	1,3	2,7	2,8	-0,2	1,2	3,8	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	4,5	5,9	6,7	2,2	-0,6	1,5	2,3	-2,0	3,7	9,1	-0,4
Entradas de Bens	VH nom	"	0,9	3,5	5,0	6,4	1,7	2,8	3,7	-2,4	6,4	1,6	2,8

Indicador	Unidade	Fonte	2013	2013		2014			2013	2014	Diferença
				3T	4T	1T	2T	3T	janeiro-nov	janeiro-nov	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10^6 euros	BdP	3 980	736	1832	446	744	1336	2782	3302	521
Saldo Balança de Bens	"	"	-7 412	-1890	-1868	-2341	-2083	-2081	-7628	-7881	-254
Saldo Balança de Serviços	"	"	11099	2776	2970	2658	2828	2850	10159	10085	-74
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 715	-990	-643	-758	-875	-591	-3587	-2633	954
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1256	238	331	358	305	457	1313	1561	249

Mercado de Trabalho

De acordo com as estimativas do INE, no trimestre centrado em novembro, a Taxa de Desemprego ascendeu aos 13,9%, mais 0,3 p.p. do que em outubro e menos 1,5 p.p. do que no período homólogo. Já o emprego cresceu 0,7%, desacelerando 0,4 p.p. quando comparado a outubro.

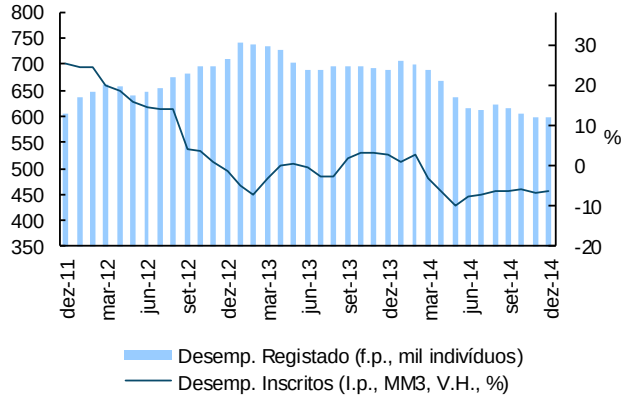
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de 2014 estavam inscritos nos centros de emprego aproximadamente 599 mil pessoas, menos 13% do que um ano antes. Também os desempregados inscritos registaram uma diminuição homóloga (-2%), ascendendo aos 56,6 mil.

Figura 2.14. Desemprego



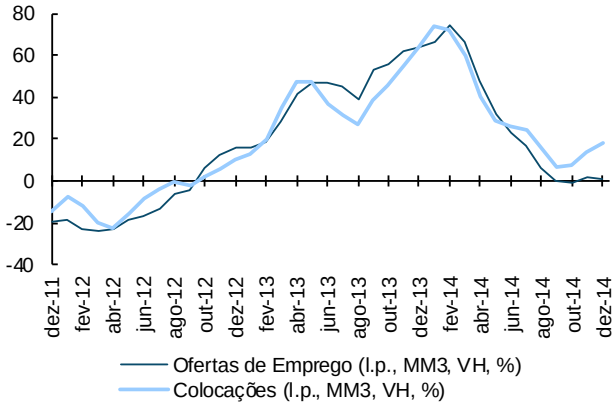
Fonte: IEFP.

Em 2014, tanto as colocações como as ofertas registaram um aumento significativo face a 2013, crescendo 25% e 18,2% respetivamente.

Este comportamento foi especialmente mais forte na primeira metade do ano, com uma forte desaceleração no segundo semestre. Já o rácio de colocações/ofertas foi, no mesmo período, de 63,6%, 3,5 p.p. acima do registado em 2013.

Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações

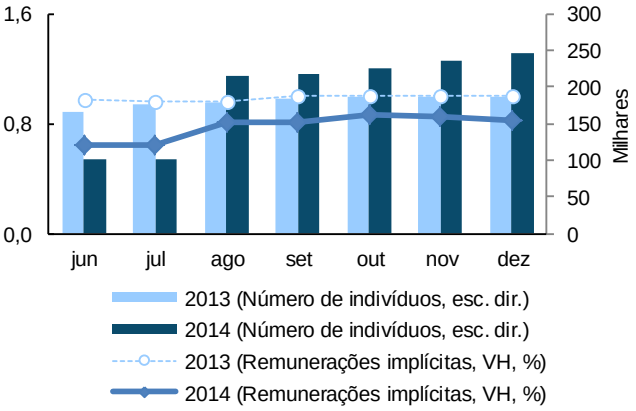
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

No final de 2014, cerca de 246 mil trabalhadores encontravam-se abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um valor superior ao registado em 2013 em cerca de 59 mil indivíduos. Já o aumento remunerações médias implícitas fixou-se nos 0,8%, valor 0,2 p.p. inferior a 2013 e 0,1 p.p. abaixo do registado em novembro.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

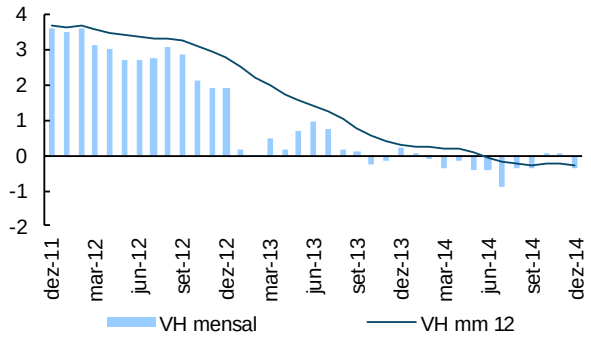
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2013	2014				2014				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Taxa de Desemprego*	%	INE		15,3	15,1	13,9	13,1	:	13,5	13,3	13,6	13,9	:
Emprego Total*	VH	"		0,7	1,7	2,0	2,1	:	2,3	2,0	1,1	0,7	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,3	-2,8	-6,1	-10,9	-11,6	-13,3	-10,2	-11,6	-12,9	-13,6	-13,3
Desempregados Inscritos (I.p.)	VH	"	-5,7	2,8	-3,1	-7,4	-6,2	-6,2	-6,3	-4,3	-7,5	-8,2	-2,0
Ofertas de Emprego (I.p.)	VH	"	18,2	64,3	66,3	22,6	0,4	0,6	-9,9	3,4	2,1	0,8	-1,9
Contratação Coletiva	VHA	MSESS	0,6	1,0	0,6	0,6	0,8	:	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	:	2,0	-1,4	3,2	0,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	0,0	1,0	0,7	1,6	1,2	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Trabalho. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Admnistração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; I.p. ao longo do período.

Preços

Em 2014, o IPC apresentou uma variação de -0,3%, menos 0,6p.p. do que em 2013. Este comportamento foi comum à totalidade do ano, ainda que com alguma irregularidade.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

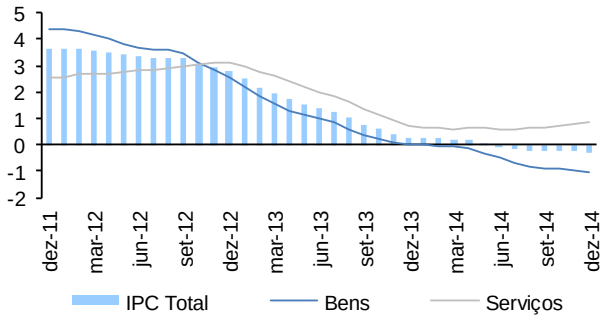


Fonte: INE.

Face a 2013, os preços dos bens caíram -1,1%, enquanto o preço dos serviços aumentaram 0,8%, valores que representam uma quebra de 1,1p.p. no caso dos bens, e uma aceleração de 0,1 p.p. no caso dos serviços.

O IPC subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) desacelerou 0,1 p.p. em 2014, fixando-se agora nos 0,1%. A diferença face ao IPC total foi de 0,4 p.p., diferença esta que foi aumentando ao longo do ano devido a uma evolução desfavorável do preço dos produtos energéticos.

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Bens e Serviços)
(MM12, VH, %)

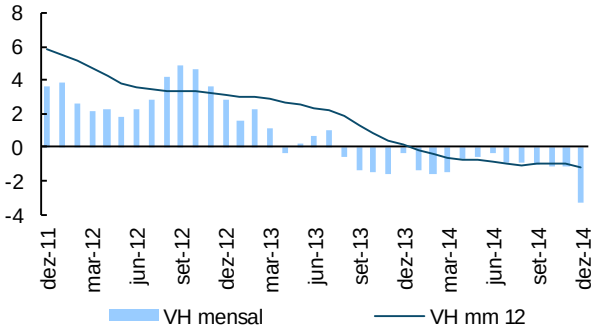


Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram o Vestuário (-2,1%) e o Lazer (-1,5%), enquanto as Bebidas Alcoólicas e Tabaco e Habitação foram as que mais aumentaram (3,1% e 2,2% respetivamente).

Em 2014, a variação homóloga do Índice de Preços na Produção Industrial foi de -1,2%, o que traduz uma quebra de 1,3 p.p. face a 2013.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Para esta variação contribuiu a quebra de 2,1% nas Indústrias transformadoras (única quebra ao nível das secções). Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, a quase totalidade das categorias registaram variações homólogas negativas (única exceção foi ao nível dos Bens de Consumo Duradouros), sendo que os Bens Intermédios foram a categoria em que IPPI mais caiu (-1,6%).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal, em 2014, foi de -0,2%, um valor 0,6 p.p. abaixo do registado em 2013. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na zona euro foi de 0,4%, pelo que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da zona euro se ascendeu aos -0,6 p.p..

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

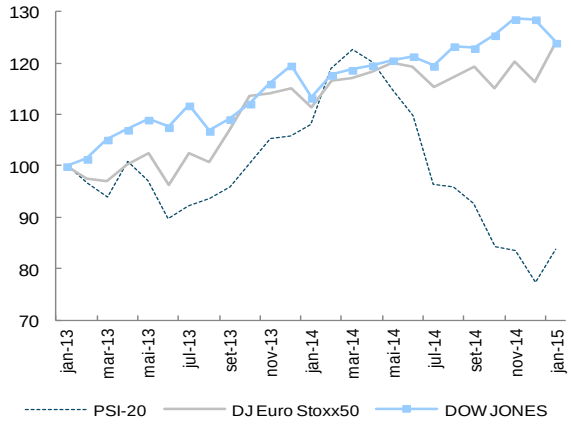
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014								
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,2	-0,1	0,1	-0,7	-0,2	0,6	0,3	-0,2	0,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	-0,3	-0,1	-0,4	-0,4	-0,9	-0,4	-0,4	0,0	0,0	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,2	0,1	0,0	-0,2	-0,2	-0,3	-0,2	-0,2	-0,3
IPC - Bens	VH	"	-1,1	-1,0	-1,2	-1,1	-2,1	-1,6	-1,1	-0,7	-0,7	-1,2
IPC - Serviços	"	"	0,8	1,0	0,7	0,5	0,8	1,4	0,7	1,0	1,0	0,9
IPC Subjacente*	"	"	0,1	0,1	0,0	0,0	-0,4	0,4	0,1	0,2	0,3	0,3
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-1,2	-0,6	-0,6	-0,4	-0,9	-0,9	-1,0	-1,2	-1,1	-3,3
IHPC	"	"	-0,2	-0,1	-0,3	-0,2	-0,7	-0,1	0,0	0,1	0,1	-0,3
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	-0,6	-0,8	-0,8	-0,7	-1,0	-0,4	-0,4	-0,2	-0,2	-0,1

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em finais de janeiro de 2015, assistiu-se a uma evolução mais favorável dos índices bolsistas da área do euro, devido, em parte, ao reforço do caráter acomodatício da política monetária do BCE. Assim, no dia 28 e, face ao final do ano de 2014, o índice *Euro Stoxx50* valorizou-se 2,8%; enquanto, o *Dow Jones* desvalorizou-se em 3,5% (+8%, em termos homólogos, no final de 2014).

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(janeiro 2012=100, fim do período)

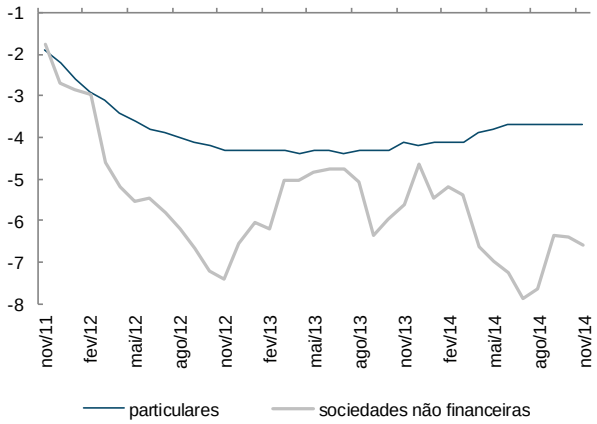


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para janeiro, o valor é do dia 28

Para o mesmo período, o índice PSI-20 registou uma apreciação, invertendo a quebra sucessiva registada desde abril de 2014. De facto, em janeiro de 2015 e, no dia 28, o índice valorizou-se cerca de 8% face ao final do ano de 2014 (-27% em termos homólogos, no final de 2014).

Em novembro de 2014, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro foi de -4,9% em termos anuais (-4,8% em outubro) devido à deterioração, pelo 2.º mês consecutivo, do crédito destinado a empresas não financeiras.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

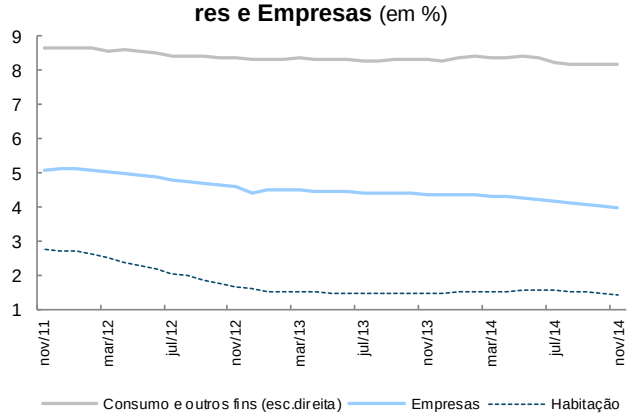


Fonte: Banco de Portugal.

O crédito destinado aos particulares manteve a variação anual de -3,7% em novembro de 2014, em resultado da estabilização do crédito à habitação; já que os empréstimos para consumo e outros fins melhoraram, tendo registado uma variação menos negativa.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, embora de forma mais pronunciada para o primeiro caso, para se situar em 3,96% em novembro de 2014 (4,37% em novembro de 2013).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

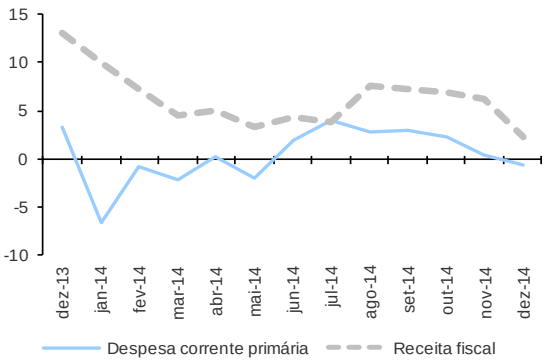
Indicador	Unidade	Fonte	2014	2014								
				abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	2,7	3,6	3,7	3,6	3,6	3,2	3,1	3,2	2,8	2,7
Yield OT 10 – *Spread* Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	212	214	229	239	239	232	220	237	202	212
PSI 20*	VC	CMVM	-26,8	-2,0	-4,6	-4,4	-12,1	-0,6	-3,4	-9,0	-0,9	-7,3
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	:	-3,8	-3,8	-3,8	-3,8	-3,7	-3,8	-3,8	-3,8	:
- para consumo	va**	"	:	-5,3	-4,6	-3,3	-2,9	-3,0	-2,8	-2,6	-2,5	:
Empréstimos a empresas	va**	"	:	-6,6	-7,0	-7,2	-7,9	-7,6	-6,3	-6,4	-6,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	:	1,53	1,55	1,56	1,55	1,53	1,50	1,46	1,43	:
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	:	4,31	4,28	4,22	4,18	4,10	4,06	4,01	3,96	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Em 2014, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 7092,5M€, o que representa uma melhoria de 572M€ face ao ano anterior. O défice primário foi de 83M€, menos 738,4M€ que no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)

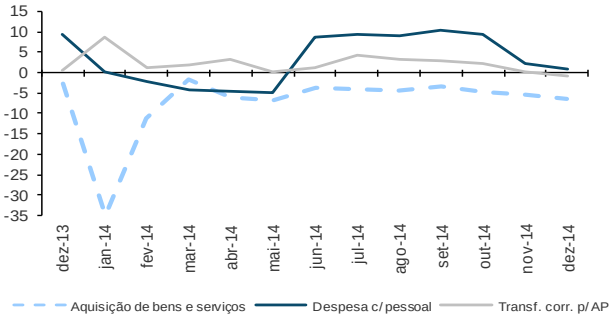


Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado em 2014, face a 2013, caracterizou-se por:

- um crescimento de 2,3% da receita fiscal, fundamentado pela evolução do IVA (4,3%), do IRS (4,4%), do imposto sobre veículos (32,3%) do imposto sobre o tabaco (6,6%) e, com um menor contributo, do imposto único de circulação (8,1%). Este desempenho da receita fiscal resulta, sobretudo, da melhoria das condições económicas e do impacto positivo das novas medidas de combate à evasão fiscal e à economia paralela. Em sentido inverso, salienta-se a diminuição do IRC (-11,3%), e do imposto de selo (-4,4%). A receita não fiscal diminuiu 21%, devido à diminuição da receita não fiscal corrente, dos rendimentos de propriedade, dos juros e das outras receitas de capital, justificada pelo efeito de base relativa à concessão do serviço aeroportuário de apoio à aviação civil, às transferências correntes de outros subsectores das administrações públicas, aos rendimentos de propriedade e às outras receitas correntes (devido à alteração de classificação da contribuição para o sector bancário); e,
- uma redução da despesa total em 1%, que reflete a diminuição da despesa de capital, nomeadamente as transferências de capital para outros subsectores das administrações públicas (-20,9%), em particular para a administração regional em consequência da alteração à Lei das Finanças Regionais, das outras despesas correntes (-34,5%) e dos subsídios (-48,1%). Contrariamente observou-se um crescimento das despesas com pessoal (0,9%, em resultado do aumento da taxa de contribuição da entidade patronal para a SS e CGA, da reversão da medida de redução remuneratória prevista no OE2014 e, ainda, do pagamento de compensações aos trabalhadores em funções públicas aderentes ao Programa de Rescisões por Mútuo Acordo), das transferências correntes para os outros subsectores das administrações públicas (1,2%), nomeadamente para a administração local em resultado de uma alteração no tratamento orçamental da participação variável dos municípios na receita de IRS ao nível das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais, e para a Segurança Social justificado pela evolução das pensões e outros abonos da CGA, e dos juros e outros encargos da dívida (2,4%).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 2014, a despesa acumulada do Estado com ativos financeiros atingiu 11335,8M€, mais 1646,7M€ que o observado em novembro, devido, essencialmente, a empréstimos de médio e longo prazo (853,6M€) a entidades públicas e às empresas públicas reclassificadas e a dotação de capital (750,3M€). Salienta-se ainda o empréstimo de médio e longo prazo à RAM no valor de 39,4M€ e à Administração local do continente no valor de 2,6M€.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2013	2014	2013	2014	2014			
	jan a dez		jan a dez		set	out	nov	dez
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	41216	41311	102,5	98,5	3,7	3,5	3,5	0,2
Receita corrente	40527	40964	103,0	99,2	5,2	5,0	4,8	1,1
Impostos diretos	17415	17533	105,4	99,9	8,5	7,9	6,4	0,7
Impostos indiretos	18858	19578	102,5	100,0	6,3	5,9	6,0	3,8
Despesa Total	48881	48404	99,9	98,1	2,5	1,3	0,2	-1,0
Despesa corrente	47232	47107	100,1	98,5	3,1	1,9	0,8	-0,3
Despesa com pessoal	9235	9321	101,2	98,8	10,4	9,2	2,3	0,9
Aquisição bens e serviços	1614	1511	95,4	101,3	-3,5	-4,9	-5,3	-6,4
Subsídios	406	211	167,2	93,8	5,6	5,6	4,2	-48,1
Juros	6843	7009	100,6	98,5	3,7	0,1	2,6	2,4
Transferências corr. p/ AP	25910	25732	100,7	99,6	2,8	2,1	0,0	-0,7
Saldo Global	-7665	-7092	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-822	-83	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE retificativo corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional face à execução final do ano anterior. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas

Em 2014, e na ótica da contabilidade pública, o défice acumulado dos SFA (incluindo as EPR) foi de 374,1M€, menos 386,8M€ que no ano anterior. Destacam-se as seguintes variações:

- do lado da receita, que apresentou no total uma taxa de variação homóloga de 2,6%, verificou-se um aumento das outras receitas correntes em 58,6%, das contribuições para a Segurança Social, CGA[1] e ADSE em 9,2%. Em sentido contrário, nota-se uma redução das transferências correntes em -4,9%, nomeadamente das transferências correntes de outros subsectores das AP (-42,4%) e das transferências da EU (-10%);
- do lado da despesa, com um aumento homólogo de 1,1%, destaca-se o contributo do investimento (44%), das transferências de capital (27,2%), seguido dos subsídios (24,1%), das outras despesas correntes (35,8%) e, ainda, da despesa com pessoal (0,9%). O aumento da taxa de contribuição das entidades públicas empregadoras para a CGA, IP e para a Segurança Social seguido do desfasamento temporal do pagamento do subsídio de férias (que em 2013 ocorreu em Novembro) e o efeito da reversão das reduções remuneratórias entre 1 de junho e 13 de setembro, justificam as variações positivas. A despesa com subsídios é explicada pela execução dos apoios ao emprego e à formação profissional. Os juros apresentam uma variação negativa (-33,5%) devido ao efeito base da conversão dos empréstimos concedidos pelo Estado em aumentos de capital e ao cancelamento de *swaps* de entidades do sector dos transportes.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução financeira consolidada[2] provisória do SNS revelou um saldo de -207,8M€ em 2014, refletindo um agravamento de 228,5M€ face a 2013. Face ao período homólogo, destacando-se o seguinte:

- na receita, uma redução em termos homólogos de 2,1%, com redução das outras receitas correntes e da receita fiscal;
- na despesa, um ligeiro aumento de 0,6% sobretudo devido à evolução das responsabilidades com os hospitais E.P.E (consequência da adenda aos contratos programa para compensação dos encargos adicionais com pessoal e aumento da produção) e também pelo aumento da despesa com parcerias público-privadas e produtos vendidos em farmácias.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em 2014, o défice da CGA, em contabilidade pública, foi de 65,3M€, que compara com um défice de 62,9M€ em 2013. A receita efetiva total aumentou 2,5%, refletindo o crescimento das contribuições para a CGA em 9,3%, consequência do aumento da taxa das entidades empregadoras e do alargamento da base de incidência da CES. A despesa efetiva total aumentou 2,5%, influenciada pelo aumento das transferências, nomeadamente pagamento de pensões, e pelo continuado aumento do número de pensionistas. O número de beneficiários de pensões de velhice aumentou 3%, os de sobrevivência 10,2%, contrariamente os beneficiários de pensão de invalidez diminuíram 0,2%.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (incluindo Empresas Públicas Reclassificadas)					Empresas Públicas Reclassificadas				
	2013	2014	2013	2014	2014	2013	2014	2013	2014	2014
	jan a dez		jan a dez		jan a dez	jan a dez		jan a dez		jan a dez
	10⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)	10⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)
Receita Total	26 521	27 214	95,6	99,1	2,6	2 623	2 871	79,6	99,5	9,4
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	4 598	5 022	97,5	99,5	9,2	-	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	15 221	14 492	100,5	99,4	-4,8	508	447	78,8	94,9	-12,0
Despesa Total	27 282	27 588	95,9	96,8	1,1	3 602	3 940	86,3	93,5	9,4
Despesa com pessoal	3 503	3 536	101,3	97,3	0,9	758	745	99,8	100,3	-1,7
Aquisição de bens e serviços	9 285	8 881	96,4	96,9	-4,4	772	795	83,6	95,7	3,1
Transferências correntes	10 893	10 905	98,6	98,9	0,1	40	35	48,1	111,2	-12,4
Saldo Global	- 761	- 374	-	-	-	- 979	-1069	-	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2013	2014				2013	2014		
	jan a dez					jan a dez			
	10⁶ euros		VHA (%)	Execução face ao OE (%)		10⁶ euros		VHA (%)	Execução face ao OE (%)
Receita Total	8 353	8 177	-2,1	100,3	Receita Total	9 197	9 427	2,5	99,3
Receita fiscal	88	83	-5,8	103,1	Contribuições p/ a CGA	4592	5 017	9,3	99,5
Outra receita corrente	8 259	8 093	-2,0	100,4	Quotas e contribuições	4 026	4 422	9,8	99,5
Receita de capital	7	2	-69,6	31,8	Transferências correntes do OE	4 364	4 131	-5,3	96,1
Despesa Total	8 333	8 385	0,6	100,1	Comparticipação do OE	4 079	3 870	-5,1	100,3
Despesa com pessoal	925	937	1,3	100,1	Compensação por pagamento de pensões	286	260	-8,8	25,9
Aquisição de bens e serviços	7 324	7 363	0,5	99,7	Despesa Total	9 260	9 492	2,5	100,0
Despesa de capital	23	24	7,5	137,1	Pensões	9 214	9 343	0,5	99,1
Saldo Global	21	- 208	-	-	Saldo Global	- 63	- 65	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

[1] Na ótica da contabilidade pública, a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) pertence aos Fundos e Serviços Autónomos.

[2] Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

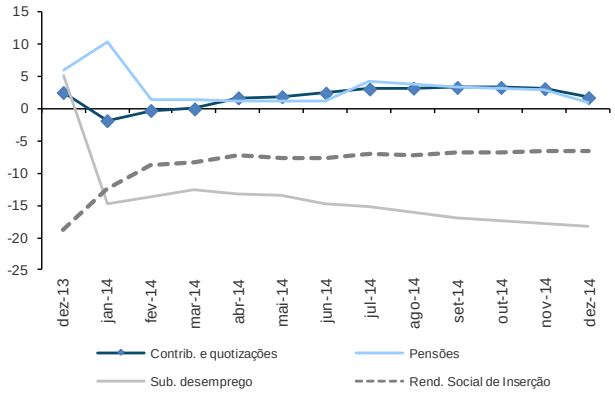
Segurança Social

Em 2014, o excedente acumulado da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 419.3M€, menos 69,8M€ que em 2013.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano transato, caracterizou-se por:

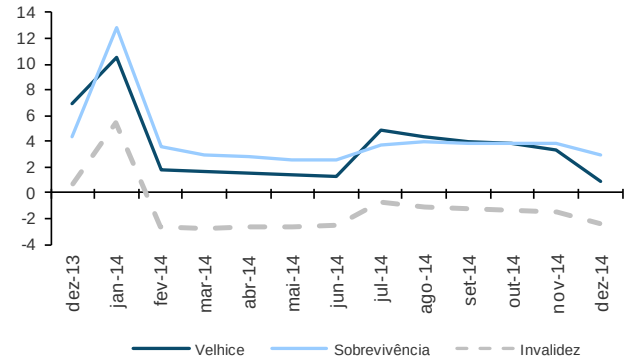
- uma diminuição da receita (-2,8%), em resultado da redução das transferências do Fundo Social Europeu (-37,8%), das transferências correntes da Administração Central (-4,1%) e das outras receitas correntes (-11%). Em sentido contrário, registou-se um aumento das contribuições e quotizações (1,8%); e
- uma diminuição da despesa (-2,6%), decorrente, sobretudo, da evolução da despesa com as prestações de desemprego (-18,3%), dos subsídios de formação profissional (-15,2%), das outras prestações (-5,9%), do complemento solidário para idosos (-20,9%) e do rendimento social de inserção (-6,6%). Contrariamente, assistiu-se a um aumento homólogo da despesa com pensões. O aumento verificado é reflexo sobretudo das pensões de velhice (0,9%) e de sobrevivência (3%), despesa com a ação social (3,7%), bem como das transferências e subsídios correntes (2,8%), do subsídio por doença (5,6%) e despesa com a administração (0,7%). Relativamente ao número de beneficiários, verifica-se um crescimento de 0,8% nas pensões de sobrevivência, um decrescimento no número de beneficiários de pensões de velhice (-0,5%) e de invalidez (-4%). Os beneficiários do subsídio de desemprego e social de desemprego reduziram 18,8%, contrariamente os beneficiários do subsídio de doença aumentaram 14,9%.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



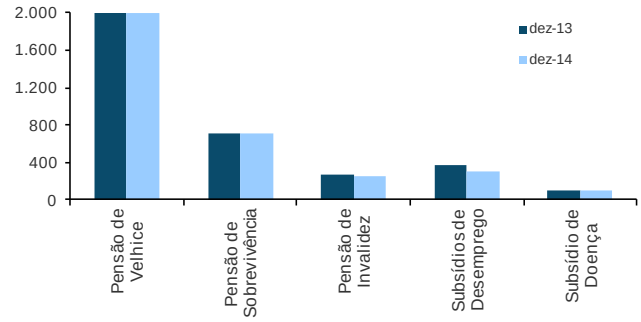
Fonte: DGO

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social				
	2013	2014		2013	2014
	jan a dez			jan a dez	
	10^6 euros	10^6 euros	VHA	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	25383	24670	-2,8	99,8	97,2
Contribuições e quotizações	13423	13658	1,8	100,6	99,2
Transferências correntes da Adm. Central *	8710	8353	-4,1	100,7	97,8
Despesa Total	24894	24250	-2,6	98,1	98,5
Pensões	15325	15457	0,9	99,8	100,2
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	506	497	-1,8	99,9	99,0
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	2738	2238	-18,3	96,9	97,0
Prestações e ação social	1395	1447	3,7	97,0	98,9
Saldo Global	489	419	-	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito do Plano de Emergência Social. Fontes: DGO e GPEARI.

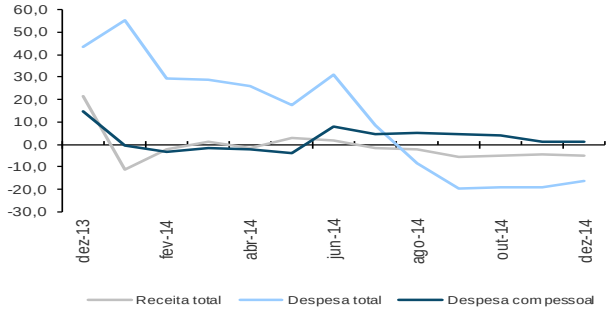
Administração Regional

Em 2014, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da administração regional situou-se nos 419,5M€, revelando uma melhoria de 417M€ em relação ao período homólogo. Este comportamento é essencialmente explicado pela redução do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 438M€, dado que o saldo da Região Autónoma dos Açores (RAA) apresentou um agravamento do défice orçamental em 21M€, os resultados são influenciados pelo pagamento de dívidas a fornecedores de anos anteriores.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2013, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 5,3%, em resultado da diminuição nas duas regiões (3,6% na RAM e 7,4% na RAA). Este comportamento é influenciado pela receita extraordinária relativa à concessão da ANAM (Aeroporto da Madeira) no ano de 2013. É, ainda, de salientar a quebra das receitas de capital, devido às alterações na fórmula de cálculo relativo às transferências, no âmbito da revisão da Lei das Finanças Regionais. A receita fiscal apresentou um crescimento significativo, influenciado pela evolução da receita de IVA (30,9% na RAA e 26,1% RAM), refletindo a alteração na atribuição da receita de IVA às Regiões Autónomas; e,
- uma redução da despesa total em 16,6%. A evolução da despesa no seu conjunto resulta da diminuição da despesa nas duas regiões (-22,2% na RAM e -5,5% na RAA). Na RAA o maior contributo para a diminuição da despesa foi dado pelas transferências correntes (-7,5%), aquisição de bens de capital (-89%) e subsídios (-55%). Na RAM, a diminuição da despesa é explicada principalmente pelo comportamento da aquisição de bens de capital (-77,6%), das transferências correntes (-2,6%), que mais que compensaram o aumento da despesa com juros (302,6%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Adm. Regional (VHA, em %)



Fonte: DGO.

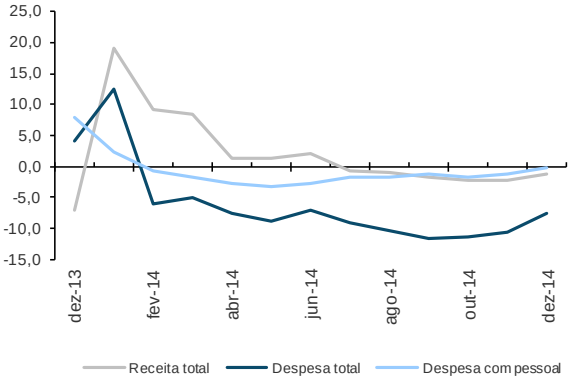
Administração Local

Em 2014, na ótica da contabilidade pública, o saldo acumulado provisório da execução orçamental da administração local apresentou um excedente de 392,8M€, o que compara com um défice de 62,6M€ em 2013.

A execução orçamental da Administração Local, face ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 1,3%, em consequência da redução das transferências de capital da UE e das transferências no âmbito da Lei das Finanças Locais. Em sentido oposto, é de referir o aumento da receita fiscal (9,9%) em resultado do crescimento do IMT e do IMI que cresceram 32,2% e 9,5%, respetivamente; e,
- uma diminuição da despesa total em 7,7%, que traduz, fundamentalmente, a variação negativa da aquisição de bens de capital (-28,9%), da aquisição de bens e serviços (-1,3%), das transferências de capital (-21,1%) e da despesa com pessoal (-0,3%). Neste período foram efetuados pagamentos ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) no montante de 114,9M€, menos 335,8M€ que no período homólogo. Excluindo este efeito, a despesa apresenta uma diminuição de 3,2%.

Figura 2.29. Execução Orçamental da Adm. Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional				Administração Local			
	2013	2014	2014		2013	2014	2014	
	jan a dez				jan a dez			
	10^6 euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10^6 euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita total	2 449	2 319	100,3	-5,3	7 014	6 924	101,5	-1,3
Impostos	1 398	1 486	107,6	6,3	2 289	2 515	102,5	9,9
Transferências correntes	60	63	146,2	5,8	2 401	2 420	96,8	0,8
Despesa total	3 285	2 739	108,4	-16,6	7 077	6 531	104,3	-7,7
Pessoal	762	770	100,0	1,0	2 256	2 248	107,4	-0,3
Aquisição de bens e serviços	435	435	119,6	0,0	2 065	2 038	118,7	-1,3
Transferências correntes	607	579	145,6	-4,6	498	523	118,3	5,1
Investimento	1 066	271	59,3	-74,6	1 603	1 139	82,9	-28,9
Saldo global	- 837	- 419	-	-	- 63	393	-	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

De acordo com os dados publicados pelo Banco de Portugal, em novembro de 2014, a dívida pública das administrações públicas cifrou-se em 225,9 mil M€, mais 1529M€ que no final de outubro. Face ao mês anterior, a variação é explicada pelo aumento do *stock* da dívida da administração central (em 1789M€) e, com menor peso, da administração regional e local (em 36M€). É de referir que os depósitos da administração central aumentaram 1898M€ face ao mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida Mensal das Administrações Públicas (milhões de euros)

	2013 dez	2014 out	2014 nov
Administrações Públicas	219 225	224 375	225 904
Por subsector:			
Administração Central	218 791	225 542	227 331
Administração Regional e Local	10 718	10 803	10 839
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	10 286	11 971	12 266
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 980	16 981	18 879

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2013 dez	2014 nov	2014 dez
Administrações Públicas	3 868	3 323	2 727
Por subsector:			
Administração Central	333	479	244
Administração Regional	1 489	1 181	980
Administração Local	2 046	1 663	1 503
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em dezembro, a dívida não financeira das administrações públicas diminuiu 595,3M€ face ao mês anterior e 1140,7M€ face a dezembro 2013. Em termos mensal, este comportamento refletiu a redução da dívida de todos os subsectores (235,1M€ na administração central, 200,2M€ na administração regional e 160,1M€ na administração local), enquanto em termos anuais resultou essencialmente da diminuição da dívida da administração local e regional (543M€ e 508,7M€, respetivamente).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2013 dez	2014 nov	2014 dez
Administrações Públicas	1 199	889	803
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	30	30	23
SNS	10	7	4
Empresas Públicas Reclassificadas	1	0	0
Administração Regional	671	511	473
Administração Local	523	366	324
Outras Entidades	714	946	700
Empresas públicas não reclassificadas	103	143	143
Hospitais EPE	611	804	557
Adm. Públicas e outras entidades	1 913	1 835	1 503

Fonte: DGO.

Em dezembro, os pagamentos em atraso das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas não reclassificadas e os hospitais EPE, diminuíram 332M€ face ao mês anterior, refletindo a redução da dívida dos hospitais EPE (246,3M€) Em termos homólogos, os pagamentos em atraso diminuíram 410M€, fundamentalmente em resultado da diminuição na administração local e regional (199,1M€ e 197,4M€, respetivamente).

Dívida Direta do Estado

No final de dezembro, a dívida direta do Estado diminuiu 1145,3M€ face ao mês anterior. Este comportamento resultou essencialmente da diminuição do *stock* de CEDIC, em 1595,5M€, e de BT, em 582,2M€. A variação do saldo de CT e CA, em 524,1M€, e as variações cambiais, em 590,6M€, contribuíram positivamente para o aumento da dívida.

Em termos anuais a dívida aumentou 12874,1M€ em resultado das emissões ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, em 6954,4M€, do aumento do saldo de CA e CT, em 5031,5M€ e da emissão líquida de MTN, em 4411,9M€.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30-nov-14	dez-14			31-dez-14
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	115 326	1 115	1 781	130	114 789
Bilhetes do Tesouro	16 824	1 115	1 697	0	16 242
Obrigações do Tesouro	92 479	:	84	5	92 400
Não Transacionável	24 407	3 588	4 663	- 1	23 332
Cert. de Aforro e do Tesouro	16 665	597	73	0	17 189
CEDIC e CEDIM	6 607	2 901	4 492	0	5 016
Prog. de Ajustamento Económico	78 539	0	0	466	79 005
Total	218 272	4 702	6 444	596	217 126

Fonte: IGCP.

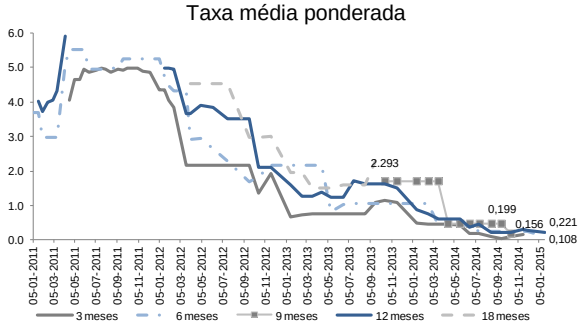
Emissões e Amortizações de Dívida

A 13 de janeiro de 2015, Portugal realizou duas emissões sindicadas de dívida de médio e longo prazos (30 e 10 anos). A emissão da OT 4,1% Fev2045 é a primeira realizada com um prazo tão longo desde o lançamento da OT 4,1% Abr2037 em março 2006. A procura final excedeu os 6000M€, tendo sido colocados 2000M€, a uma taxa de 4,131%.

A colocação da OT a 10 anos (OT 2,875% Out2025) tem como taxa de cupão o valor mais baixo de sempre. Foram colocados 3500M€ desta OT, a uma taxa de 2,920%, correspondendo a uma procura acima de 8000M€.

A 21 de janeiro foram realizados dois leilões de BT, tendo sido colocados na fase competitiva 300M€, a 6 meses, e 940M€, a 1 ano. A taxa média ponderada da emissão a seis meses foi de 0,108% (0,243% na emissão de julho com igual maturidade) e a 1 ano foi de 0,221% (0,282% na anterior da mesma maturidade).

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



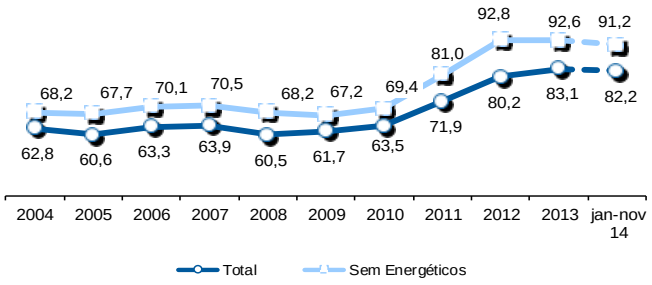
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros onze meses de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 1,7% enquanto as importações aumentaram 3,3% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) agravou-se 11,7%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 4% enquanto as importações registaram uma variação homóloga positiva de 6,7% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias
(%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a novembro			VH	
	2013	2014	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	43 720	44 449	1,7	4,2	2,2
Importações (cif)	52 328	54 066	3,3	3,6	3,6
Saldo (fob-cif)	-8 608	-9 616	11,7	0,8	10,2
Cobertura (fob/cif)	83,6	82,2	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	39 158	40 705	4,0	4,6	4,2
Importações (cif)	41 842	44 650	6,7	7,3	7,3
Saldo (fob-cif)	-2 684	-3 945	47,0	36,8	47,8
Cobertura (fob/cif)	93,6	91,2	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)	**janeiro a novembro**			**VH**	
	2013	2014	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	12 915	12 870	-0,3	6,8	0,4
Importações (cif)	15 008	13 717	-8,6	-7,6	-9,4
Saldo (fob-cif)	-2 092	-847	-59,5	-129,1	-70,1
Cobertura (fob/cif)	86,1	93,8	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2014, as exportações representaram 82,2% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,4 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 91,2% das importações (-2,4 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de novembro

Valores em milhões de Euros

janeiro a novembro	2013	2014	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	43 720	44 449	1,7
Importações (cif)	52 328	54 066	3,3
Saldo (fob-cif)	- 8 608	- 9 616	11,7
Cobertura (fob/cif)	83,6	82,2	-
Intra UE			
Exportações (fob)	30 805	31 579	2,5
Importações (cif)	37 320	40 349	8,1
Saldo (fob-cif)	- 6 515	- 8 770	34,6
Cobertura (fob/cif)	82,5	78,3	-
Extra UE			
Exportações (fob)	12 915	12 870	-0,3
Importações (cif)	15 008	13 717	-8,6
Saldo (fob-cif)	- 2 092	- 847	-59,5
Cobertura (fob/cif)	86,1	93,8	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros onze meses de 2014, o défice da balança comercial Intra UE agravou-se 34,6% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 2,5% e as importações a aumentarem 8,1%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 59,5% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2013	2014	TVH	2013	2014	TVH
jan	4 464	4 920	10,2	3 808	3 929	3,2
fev	4 405	4 663	5,9	3 660	3 827	4,5
mar	4 607	4 755	3,2	3 982	3 952	-0,8
abr	4 837	4 524	-6,5	4 078	3 887	-4,7
mai	4 885	5 004	2,4	4 240	4 090	-3,6
jun	4 600	5 039	9,5	3 929	4 196	6,8
jul	5 218	5 412	3,7	4 377	4 476	2,3
ago	4 237	4 136	-2,4	3 317	3 250	-2,0
set	4 876	5 191	6,4	3 930	4 077	3,7
out	5 399	5 487	1,6	4 240	4 627	9,1
nov	4 801	4 936	2,8	4 157	4 139	-0,4
dez	4 578			3 547		
1º Trim	13 476	14 337	6,4	11 451	11 707	2,2
2º Trim	14 321	14 567	1,7	12 248	12 174	-0,6
3º Trim	14 331	14 739	2,8	11 624	11 803	1,5
4º Trim	14 778			11 944		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº1/2015").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de novembro de 2014 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros onze meses de 2014, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 1,7%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 4%.

Entre janeiro e novembro de 2014, destaca-se o contributo positivo do "Vestuário e Calçado" (+0,9 p.p.), seguido do contributo dos "Agroalimentares" (+0,8 p.p.), do "Material de Transporte" e dos "Produtos Acabados Diversos" (+0,7 p.p.). As "Máquinas" são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,4%). Seguem-se os "Químicos" (12,7%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em novembro de 2014.

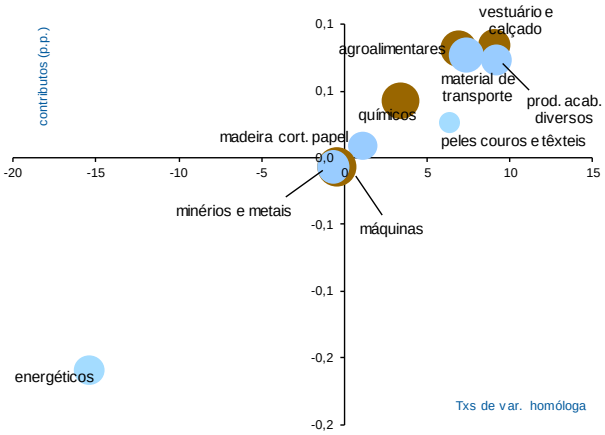
Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+2,2%). O "Vestuário e Calçado", os "Agroalimentares" e o "Material de Transporte" foram os que mais contribuíram para este comportamento (todos com +0,8 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos "Produtos Acabados Diversos", "Químicos" e "Peles, Couros e Têxteis", para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 0,7p.p., 0,4p.p. e 0,3p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2014

(Total: 2,2%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob) **Intra + Extra UE**

Grupos de Produtos		Milhões de Euros jan-nov		Estrutura (%) Anual		Estrutura (%) jan-nov		Tax. variação e contributos últimos 12 meses [1] VH [2]	Tax. variação e contributos últimos 12 meses [1] contrib. p.p. [3]	Tax. variação e contributos jan-nov VH	Tax. variação e contributos jan-nov contrib. p.p. [3]
		2013	2014	2008	2013	2013	2014				
	Total das Exportações	**43 720**	**44 449**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**2,2**	**2,2**	**1,7**	**1,7**
000	Agro-Alimentares	5 127	5 488	10,8	11,8	11,7	12,3	6,9	0,8	7,1	0,8
100	Energéticos	4 562	3 744	5,6	10,4	10,4	8,4	-15,4	-1,6	-17,9	-1,9
200	Químicos	5 514	5 652	10,7	12,6	12,6	12,7	3,4	0,4	2,5	0,3
300	Madeira, Cortiça e Papel	3 527	3 546	7,8	8,1	8,1	8,0	1,1	0,1	0,5	0,0
400	Peles, Couros e Têxteis	1822	1939	4,4	4,2	4,2	4,4	6,4	0,3	6,4	0,3
500	Vestuário e Calçado	4 038	4 411	10,1	9,2	9,2	9,9	9,1	0,8	9,2	0,9
600	Minérios e Metais	4 565	4 535	10,6	10,5	10,4	10,2	-0,7	-0,1	-0,7	-0,1
700	Máquinas	6 441	6 407	19,3	14,7	14,7	14,4	-0,5	-0,1	-0,5	-0,1
800	Material de Transporte	4 625	4 929	12,2	10,5	10,6	11,1	7,4	0,8	6,6	0,7
900	Produtos Acabados Diversos	3 498	3 798	8,6	8,0	8,0	8,5	9,2	0,7	8,6	0,7
Por memória:											
	Total sem energéticos	39 158	40 705	94,4	89,6	89,6	91,6	4,2	3,8	4,0	3,5

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2014.

[2] (dez 13-nov 14)/(dez 12-nov 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

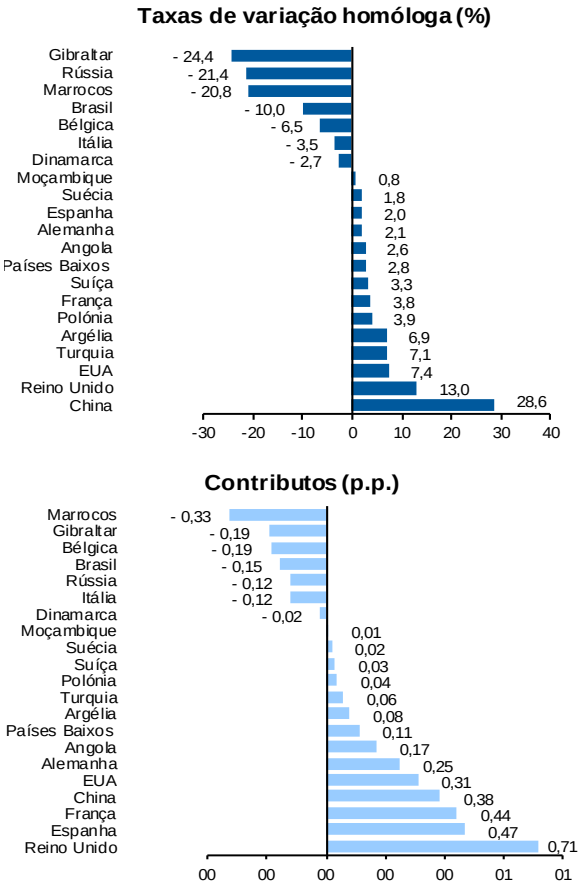
Nos primeiros onze meses de 2014, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 2,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 2,3% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 7,7%. As exportações para os países terceiros registaram uma quebra de 0,3% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para o Reino Unido (+0,7 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para França e a Alemanha (ambos com +0,3 p.p.).

No último ano a terminar em novembro de 2014, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 3,0%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 2,7 %. As exportações para o Reino Unido (+0,7 p.p.) e Espanha (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações neste período. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+28,6%), os EUA (+7,4%) e a Turquia (+7,1%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Marrocos (-20,8%) e o Brasil (-10%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2014



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Valores em milhões de Euros

Destino	jan-nov		Estrutura (%) anual		Estrutura (%) jan-nov		Taxas de variação e contributos 12 meses [1] VH [2]	12 meses [1] contrib. p.p. [3]	jan-nov VH	jan-nov contrib. p.p. [3]
	2013	2014	2008	2013	2013	2014				
TOTAL	**43 720**	**44 449**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**2,2**	**2,2**	**1,7**	**1,7**
Intra UE	**30 805**	**31579**	**74,5**	**70,3**	**70,5**	**71,0**	**3,0**	**2,1**	**2,5**	**1,8**
dos quais:										
UE-15	**29 385**	**30 050**	**71,6**	**67,1**	**67,2**	**67,6**	**2,7**	**1,8**	**2,3**	**1,5**
Espanha	10 322	10 427	27,9	23,6	23,6	23,5	2,0	0,5	1,0	0,2
Alemanha	5 179	5 288	12,8	11,7	11,8	11,9	2,1	0,2	2,1	0,3
França	5 071	5 221	11,8	11,6	11,6	11,7	3,8	0,4	3,0	0,3
R.Unido	2 403	2 713	5,5	5,5	5,5	6,1	13,0	0,7	12,9	0,7
P.Baixos	1744	1781	3,3	4,0	4,0	4,0	2,8	0,1	2,1	0,1
Itália	1448	1436	3,7	3,3	3,3	3,2	-3,5	-0,1	-0,8	0,0
Bélgica	1254	1181	2,5	2,8	2,9	2,7	-6,5	-0,2	-5,9	-0,2
Suécia	415	431	1,2	1,0	0,9	1,0	1,8	0,0	3,8	0,0
Dinamarca	295	287	0,7	0,7	0,7	0,6	-2,7	0,0	-2,4	0,0
Alargamento	**1 420**	**1 529**	**2,8**	**3,2**	**3,2**	**3,4**	**8,3**	**0,3**	**7,7**	**0,2**
Polónia	412	429	0,8	0,9	0,9	1,0	3,9	0,0	4,1	0,0
Extra UE	**12 915**	**12 870**	**25,5**	**29,7**	**29,5**	**29,0**	**0,4**	**0,1**	**-0,3**	**-0,1**
dos quais:										
Angola	2 857	2 912	5,8	6,6	6,5	6,6	2,6	0,2	1,9	0,1
EUA	1808	1926	3,4	4,2	4,1	4,3	7,4	0,3	6,5	0,3
China	604	757	0,5	1,4	1,4	1,7	28,6	0,4	25,4	0,4
Brasil	671	580	0,8	1,6	1,5	1,3	-10,0	-0,2	-13,6	-0,2
Marrocos	697	546	0,7	1,5	1,6	1,2	-20,8	-0,3	-21,6	-0,3
Argélia	491	539	0,5	1,1	1,1	1,2	6,9	0,1	9,6	0,1
Suiça	389	399	0,8	0,9	0,9	0,9	3,3	0,0	2,5	0,0
Turquia	354	376	0,6	0,8	0,8	0,8	7,1	0,1	6,4	0,1
Venezuela	174	188	0,1	0,4	0,4	0,4	6,9	0,0	7,7	0,0
Moçambique	291	285	0,2	0,7	0,7	0,6	0,8	0,0	-2,2	0,0
Por memória:										
Gibraltar	330	271	0,1	0,7	0,8	0,6	-24,4	-0,2	-18,0	-0,1
PALOP	3 446	3 513	6,9	7,9	7,9	7,9	2,7	0,2	1,9	0,2
EFTA	505	548	1,1	1,1	1,2	1,2	7,8	0,1	8,5	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2014.

[2] (dez 13-nov 14)/(dez 12-nov 13) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Importações de Mercadorias

De janeiro a novembro de 2014, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 3,3% (Quadro 3.6).

O comportamento das importações de "Material de Transporte" e de "Máquinas" foi o principal motor de crescimento das importações, com um contributo positivo de 2,3 p.p. e 1,1 p.p., respetivamente.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (74,6%).

Nos primeiros onze meses de 2014, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 8,1%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 aumentaram 7,8%. As importações provenientes dos países do Alargamento cresceram 16,1%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros registaram uma quebra de 8,6%, em termos homólogos. A China e Angola destacam-se como sendo os principais mercados extracomunitários de origem das importações de mercadorias (ambos com 2,7% do total). Seguem-se os EUA (1,6%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10^6 Euros (Cif) jan-nov		Estrutura (%) Anual		Estrutura (%) jan-nov		Taxas de variação e contributos 12 meses [1]		Taxas de variação e contributos jan-nov	
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	**52 328**	**54 066**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**3,6**	**3,6**	**3,3**	**3,3**
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	8 341	8 119	12,9	15,9	15,9	15,0	-2,3	-0,4	-2,7	-0,4
100-Energéticos	10 485	9 415	16,1	19,6	20,0	17,4	-11,2	-2,3	-10,2	-2,0
200-Químicos	8 465	8 836	13,2	16,1	16,2	16,3	4,4	0,7	4,4	0,7
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	2 367	2 550	4,3	4,5	4,5	4,7	8,4	0,4	7,7	0,3
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	3 603	3 948	6,0	6,9	6,9	7,3	10,3	0,7	9,6	0,7
500-Minérios e Metais	4 274	4 449	9,9	8,2	8,2	8,2	4,5	0,4	4,1	0,3
600-Máquinas [4]	7 539	8 138	19,8	14,7	14,4	15,1	9,2	1,3	8,0	1,1
700-Material de Transporte [5]	4 555	5 736	12,2	8,8	8,7	10,6	26,9	2,3	25,9	2,3
800-Prod. Acabados Diversos	2 697	2 873	5,5	5,2	5,2	5,3	7,3	0,4	6,5	0,3
Total sem energéticos	41842	44 650	83,9	80,4	80,0	82,6	7,3	5,8	6,7	5,4
Mercados de origem										
Intra UE	**37 320**	**40 349**	**74,8**	**72,3**	**71,3**	**74,6**	**8,7**	**6,2**	**8,1**	**5,8**
dos quais:										
UE-15	**35 909**	**38 710**	**72,8**	**69,6**	**68,6**	**71,6**	**8,4**	**5,8**	**7,8**	**5,4**
Espanha	16 684	17 485	30,8	32,4	31,9	32,3	5,6	1,8	4,8	1,5
Alemanha	5 864	6 725	13,4	11,4	11,2	12,4	16,7	1,8	14,7	1,6
França	3 493	3 832	8,1	6,8	6,7	7,1	8,9	0,6	9,7	0,6
Itália	2 643	2 839	5,4	5,2	5,1	5,3	8,6	0,4	7,4	0,4
Países Baixos	2 617	2 775	4,8	5,0	5,0	5,1	6,0	0,3	6,0	0,3
Reino Unido	1524	1633	3,3	2,9	2,9	3,0	5,9	0,2	7,1	0,2
Bélgica	1296	1436	2,9	2,5	2,5	2,7	10,7	0,3	10,8	0,3
Suécia	510	609	1,1	1,0	1,0	1,1	18,6	0,2	19,3	0,2
Irlanda	488	530	0,9	1,0	0,9	1,0	11,8	0,1	8,6	0,1
Alargamento	**1411**	**1639**	**2,0**	**2,7**	**2,7**	**3,0**	**16,3**	**0,4**	**16,1**	**0,4**
Extra UE	**15 008**	**13 717**	**25,2**	**27,7**	**28,7**	**25,4**	**-9,4**	**-2,7**	**-8,6**	**-2,5**
dos quais:										
Angola	2 631	1448	0,6	4,6	5,0	2,7	-48,4	-2,4	-45,0	-2,3
China	1266	1481	2,1	2,4	2,4	2,7	16,9	0,4	16,9	0,4
Brasil	811	784	2,1	1,5	1,6	1,5	-5,9	-0,1	-3,3	-0,1
EUA	768	844	1,6	1,5	1,5	1,6	7,4	0,1	9,9	0,1
Nigéria	746	541	2,7	1,3	1,4	1,0	-30,5	-0,4	-27,5	-0,4
Arábia Saudita	691	683	1,0	1,2	1,3	1,3	-7,9	-0,1	-1,2	0,0
Argélia	399	675	1,1	0,7	0,8	1,2	15,1	0,2	69,2	0,5
Cazaquistão	493	746	0,6	1,0	0,9	1,4	63,0	0,5	51,4	0,5
Azerbaijão	428	410	0,1	0,8	0,8	0,8	-21,2	-0,2	-4,2	0,0
Guiné Equatorial	190	211	0,4	0,3	0,4	0,4	11,1	0,0	11,1	0,0
Rússia	916	636	0,6	1,8	1,8	1,2	-22,6	-0,4	-30,6	-0,5
Líbia	104	1	1,5	0,2	0,2	0,0	-98,8	-0,2	-98,8	-0,2
Camarões	732	165	0,0	1,4	1,4	0,3	-69,8	-1,0	-77,4	-1,1
OPEP[6]	4 942	3 581	8,5	8,9	9,4	6,6	-32,1	-3,1	-27,5	-2,6
EFTA	388	307	1,7	0,7	0,7	0,6	-19,8	-0,1	-21,0	-0,2
PALOP	2 696	1484	0,7	4,8	5,2	2,7	-48,0	-2,4	-44,9	-2,3

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

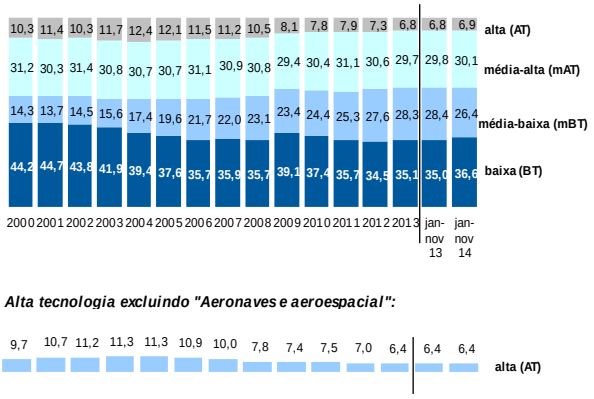
Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2013.

[1] Últimos 12 meses a terminar em novembro de 2014.
[2] (dez 13-nov 14)/(dez 12-nov 13) x 100 - 100.
[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.
[4] Não inclui tractores.
[5] Inclui tractores.
[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros onze meses de 2014, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 1,8%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (56,5%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4.Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



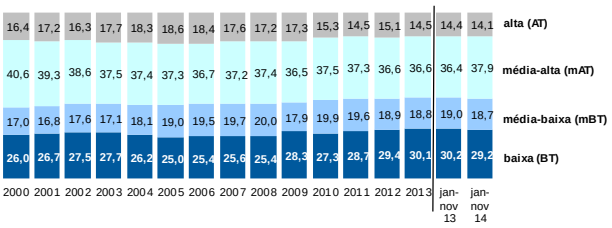
Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":

Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

As exportações de produtos de baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica contribuíram positivamente para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+2,3p.p., +0,9p.p. e +0,2p.p. respetivamente).

As importações de produtos industriais transformados aumentaram 8% em termos homólogos, principalmente induzidas pelo forte contributo dos produtos de média alta tecnologia (+4,5 p.p.).

Figura 3.5.Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em milhões de Euros

Intensidade Tecnológica	2013	janeiro a novembro		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos [1] (p.p.)	
		2013	2014	média 2008-13	2013-12	jan-nov 2014-13	2012	2013	jan-nov 2013	jan-nov 2014	2013	jan-nov 2014
EXPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	**44 646**	**41337**	**42 096**	**4,0**	**4,5**	**1,8**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**4,5**	**1,8**
Alta tecnologia	3 036	2 805	2 887	-4,6	-2,3	3,0	7,3	6,8	6,8	6,9	-0,2	0,2
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	*2 847*	*2 631*	*2 700*	*-4,7*	*-3,9*	*2,6*	*7,0*	*6,4*	*6,4*	*6,4*	*-0,3*	*0,2*
Média-alta tecnologia	13 265	12 298	12 660	3,3	1,5	2,9	30,6	29,7	29,8	30,1	0,5	0,9
Média-baixa tecnologia	12 653	11749	11125	8,4	7,3	-5,3	27,6	28,3	28,4	26,4	2,0	-1,5
Baixa tecnologia	15 691	14 485	15 424	3,7	6,3	6,5	34,5	35,1	35,0	36,6	2,2	2,3
Por memória:												
Total das Exportações	47 266	43 720	44 449	4,0	4,5	1,7	100,0	100,0	100,0	100,0	4,5	1,7
Residual [3]	2 621	2 383	2 353	3,7	5,8	-1,2	5,5	5,5	5,5	5,3	0,3	-0,1
IMPORTAÇÕES												
Total dos prod. indust. transformados	**43 798**	**40 000**	**43 209**	**-3,4**	**2,0**	**8,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**2,0**	**8,0**
Alta tecnologia	6 349	5 765	6 112	-6,6	-2,2	6,0	15,1	14,5	14,4	14,1	-0,3	0,9
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	*5 949*	*5 412*	*5 598*	*-6,2*	*-3,3*	*3,4*	*14,4*	*13,7*	*13,7*	*13,1*	-0,5	0,5
Média-alta tecnologia	16 040	14 571	16 380	-3,8	2,1	12,4	36,6	36,6	36,4	37,9	0,8	4,5
Média-baixa tecnologia	8 241	7 581	8 097	-4,6	1,3	6,8	18,9	18,8	19,0	18,7	0,3	1,3
Baixa tecnologia	13 168	12 084	12 620	-0,1	4,4	4,4	29,4	30,1	30,2	29,2	1,3	1,3
Por memória:												
Total das Importações	56 906	52 328	54 066	-2,4	0,9	3,3	100,0	100,0	100,0	100,0	0,9	3,3
Residual [3]	13 108	12 327	10 857	1,7	-2,5	-11,9	23,8	23,0	23,6	20,1	-0,6	-2,8

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.
Definição da Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 351); Baixa (15-22, 36-37).
[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.
[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.
[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

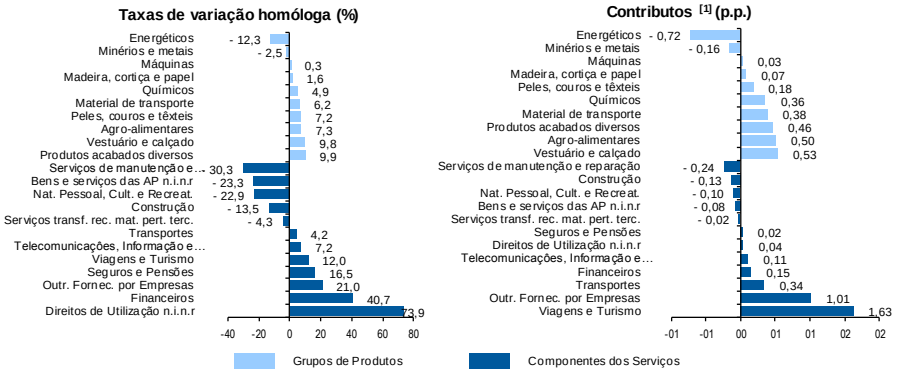
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de outubro de 2014, nos primeiros dez meses de 2014, as "Exportações" (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,8%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (0,9 p.p.) para o crescimento das "exportações" totais.

Nos primeiros dez meses de 2014, a componente dos Serviços representou 33% do total das "Exportações" e contribuiu positivamente (2p.p.) para o seu crescimento. Do lado das "Importações" (débito) o peso desta componente foi de 17,6% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das "Importações" totais (4,2%) em 1,6 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em outubro de 2014, com base em dados do INE para as "Exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "Exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo do "Vestuário e calçado" (+0,53 p.p.) e dos "Agroalimentares" (+0,5p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,63 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+1,01 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em outubro de 2014



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,3%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros

	jan-out		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-out		média anual	12 meses [1]		jan-out	
								VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
	2013	2014	2008	2013	2013	2014	08-13				
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	**57 421**	**59 049**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**4,1**	**4,3**	**4,3**	**2,8**	**2,8**
Bens	**39 072**	**39 574**	**68,6**	**68,0**	**68,0**	**67,0**	**3,9**	**2,4**	**1,6**	**1,3**	**0,9**
Serviços	**18 349**	**19 475**	**31,4**	**32,0**	**32,0**	**33,0**	**4,4**	**8,6**	**2,7**	**6,1**	**2,0**
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	301	292	0,5	0,5	0,5	0,5	3,6	-4,3	0,0	-3,0	0,0
Serv. de manutenção e reparação	447	271	0,9	0,8	0,8	0,5	1,7	-30,3	-0,2	-39,5	-0,3
Transportes	4 620	4 734	7,9	8,0	8,0	8,0	4,3	4,2	0,3	2,5	0,2
Viagens e Turismo	8 005	8 994	13,2	13,5	13,9	15,2	4,5	12,0	1,6	12,3	1,7
Construção	539	427	1,2	1,0	0,9	0,7	0,2	-13,5	-0,1	-20,9	-0,2
Seguros e Pensões	84	102	0,2	0,1	0,1	0,2	-1,2	16,5	0,0	21,6	0,0
Financeiros	197	300	0,9	0,4	0,3	0,5	-12,9	40,7	0,1	52,1	0,2
Direitos de Utilização n.i.n.r	28	56	0,1	0,0	0,0	0,1	-6,1	73,9	0,0	95,6	0,0
Telecom., Informação e Informática	840	924	1,5	1,4	1,5	1,6	3,9	7,2	0,1	10,0	0,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 841	3 049	4,4	5,4	4,9	5,2	8,4	21,0	1,0	7,4	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	244	176	0,4	0,4	0,4	0,3	8,3	-22,9	-0,1	-28,0	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	202	150	0,3	0,3	0,4	0,3	8,2	-23,3	-0,1	-25,4	-0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	**54 328**	**56 603**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**-2,3**	**4,1**	**4,1**	**4,2**	**4,2**
Bens	**45 203**	**46 616**	**85,6**	**83,3**	**83,2**	**82,4**	**-2,8**	**3,4**	**2,8**	**3,1**	**2,6**
Serviços	**9 125**	**9 987**	**14,4**	**16,7**	**16,8**	**17,6**	**0,7**	**7,9**	**1,3**	**9,4**	**1,6**
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	35	23	0,0	0,1	0,1	0,0	4,9	-27,7	0,0	-34,4	0,0
Serv. de manutenção e reparação	185	243	0,3	0,4	0,3	0,4	2,1	37,6	0,1	31,5	0,1
Transportes	2 592	2 858	3,6	4,6	4,8	5,0	2,6	6,5	0,3	10,3	0,5
Viagens e Turismo	2 624	2 785	4,0	4,8	4,8	4,9	1,2	6,1	0,3	6,1	0,3
Construção	117	104	0,2	0,2	0,2	0,2	-2,2	-5,6	0,0	-11,0	0,0
Seguros e Pensões	247	277	0,3	0,4	0,5	0,5	6,9	8,8	0,0	12,0	0,1
Financeiros	446	434	1,0	0,8	0,8	0,8	-6,3	-1,7	0,0	-2,6	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	343	365	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	-0,5	0,0	6,5	0,0
Telecom., Informação e Informática	698	834	1,1	1,3	1,3	1,5	0,0	20,0	0,2	19,5	0,3
Outr. Fornec. por Empresas	1434	1807	2,5	2,7	2,6	3,2	-0,5	24,1	0,6	26,0	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	352	182	0,5	0,6	0,6	0,3	1,5	-45,4	-0,3	-48,2	-0,3
Bens e serviços das AP n.i.n.r	53	75	0,2	0,1	0,1	0,1	-13,9	13,1	0,0	41,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:
Valores Fob para a Importação de bens.

Artigos

Em Análise

Comércio Internacional Português de Vinhos (2009 a 2013 e jan-nov 2013-2014)

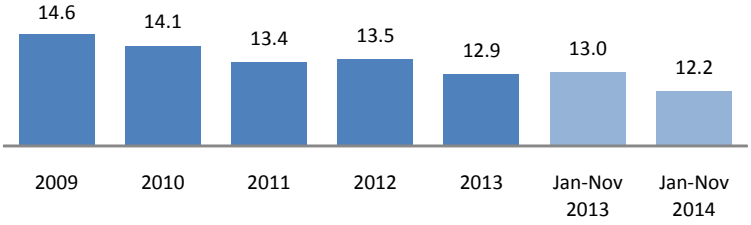
Walter Anatole Marques[1]

1 – Nota Introdutória

Ao longo dos últimos cinco anos e onze primeiros meses de 2014 as exportações em valor de vinhos[2], substancialmente superiores às importações, têm sido sustentadamente crescentes.

Não obstante, o seu peso no conjunto dos produtos *"Agroalimentares"* tem vindo a decrescer moderadamente, face à ocorrência de ritmos médios anuais de crescimento mais vigorosos por parte das exportações de outros produtos como "Peixe, crustáceos e moluscos", "Gorduras e óleos alimentares", "Frutas", "Conservas de carne e de peixe", "Preparações à base de cereais" ou "Carnes e miudezas comestíveis", entre outros *(Figura 1).*

Figura 1 - Peso dos vinhos (NC 2204) [1]
nas exportações de produtos Agroalimentares (%)
- 2009 a 2013 e jan-nov 2013-2014 -



[1] Inclui Vinho do Porto, Vinhos Comuns, espumantes e mosto de uvas.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

No período em análise, os fornecimentos ao exterior de vinhos representaram entre 1,5% e 1,8% das exportações totais portuguesas.

Neste trabalho pretende-se analisar o comportamento do comércio internacional português de vinhos ao longo dos últimos cinco anos e primeiros onze meses de 2013 e 2014, por tipos e mercados de origem e de destino, dando-se naturalmente maior ênfase à vertente da exportação.

2 – Balança Comercial

A balança comercial dos vinhos ao longo dos últimos cinco anos e onze primeiros meses de 2013 e 2014 é francamente favorável, com taxas de cobertura das importações pelas exportações muito elevadas *(Figura 2).*

Enquanto que as importações apresentam um comportamento algo irregular, com quebras em termos homólogos nos anos de 2010 e 2011 e primeiros onze meses de 2014, as exportações cresceram sistematicamente ao longo de todo o período em análise, registando contudo uma desaceleração do ritmo de crescimento em 2013 e 2014.

[1] Assessor Principal da F.Pública (AP). As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.
[2] Vinhos de uvas frescas, que incluem Vinho do Porto, outros vinhos, que designaremos por Vinhos Comuns, espumantes (incluindo espumosos) e mosto de uvas.

Os saldos da balança aumentaram entre 2009 e 2012, passando de 480 milhões de Euros para 617 milhões, tendo registado em 2013 uma descida de -3,2%, ao situar-se em 597 milhões de Euros. Nos primeiros onze meses de 2014 verificou-se um aumento, face ao mesmo período do ano anterior, de +1,2%.

Figura 2 - Balança Comercial portuguesa dos vinhos (NC 2204) [1]

- 2009 a 2013 e jan-nov 2013-2014 -

milhares de Euros

	2009	2010	2011	2012	2013	Janeiro a Novembro	
						2013	2014
Importações (Cif)	101 696	89 311	81 915	86 371	122 572	108 431	106 816
t.v.h.	-	-12.2	-8.3	5.4	41.9	-	-1.5
Exportações (Fob)	581 915	614 380	656 918	703 505	719 895	665 998	670 796
t.v.h.	-	5.6	6.9	7.1	2.3	-	0.7
Saldo (Fob-Cif)	480 219	525 069	575 004	617 134	597 323	557 566	563 980
t.v.h.	-	9.3	9.5	7.3	-3.2	-	1.2
Cobertura (Fob/Cif)	572.2	687.9	802.0	814.5	587.3	614.2	628.0

[1] Inclui Vinho do Porto, vinho comum, espumantes e mosto de uvas.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

3 – Importações por Tipos de Vinhos

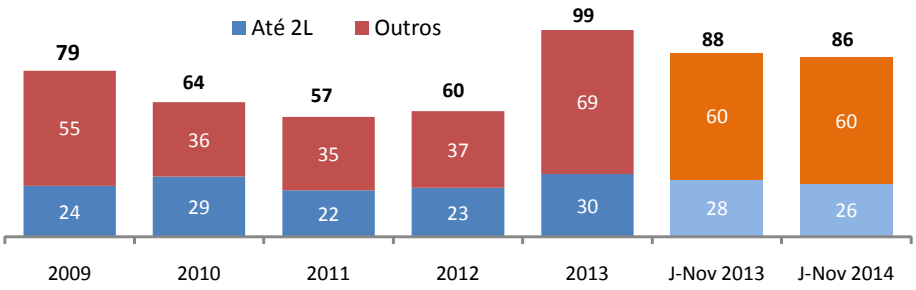
As importações de vinhos incidem principalmente nos Vinhos Comuns (80,6% do total em 2013), seguidos dos espumantes (17,0%). Em 2013 verificou-se um acréscimo significativo das importações de Vinhos Comuns, de 60 milhões de Euros no ano anterior para 99 milhões (+64,3%), tendo quebrado ligeiramente nos primeiros onze meses de 2014 face ao mesmo período do ano anterior (-2,2%).

Entre os Vinhos Comuns prevalecem os acondicionados em recipientes com capacidade superior a 2 litros (em princípio vinhos a granel para serem posteriormente engarrafados ou acondicionados noutro tipo de embalagem com capacidade até 2 litros) (*Figura 3*).

Figura 3 - Importação de Vinhos Comuns [1]
em recipientes até 2 Litros e outros de maior capacidade

- 2009 a 2013 e Jan-Nov 2013-2014 -

(milhões de euros)



[1] Excluindo o Vinho do Porto, espumantes e mosto de uvas.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

4 – Exportações por Tipos de Vinhos

No período em análise, mais de 98% das exportações de vinhos centraram-se no conjunto dos chamados Vinhos Comuns e do Vinho do Porto (*Figura 4).*

Figura 4 - Exportações por tipos de vinhos

- 2011 a 2013 e jan-nov 2013-2014 -

1000 Euros e %

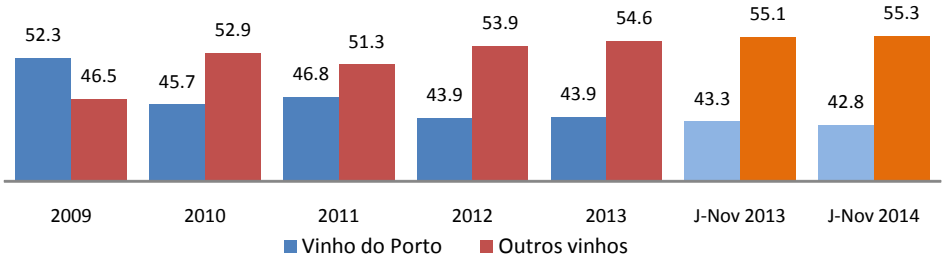
	2009	2010	2011	2012	2013	Janeiro a Novembro	
						2013	2014
Total	**581 915**	**614 380**	**656 918**	**703 505**	**719 895**	**665 998**	**670 796**
t.v.h.	-	5.6	6.9	7.1	2.3	-	0.7
Espumantes	7 111	7 746	12 149	13 639	10 823	10 039	12 334
t.v.h.	-	8.9	56.8	12.3	-20.6	-	22.9
Vinho do Porto	304 164	280 999	307 581	308 667	316 308	288 695	287 217
t.v.h.	-	-7.6	9.5	0.4	2.5	-	-0.5
- até 2L	*303 051*	*279 634*	*306 160*	*307 108*	*315 312*	*287 928*	*285 864*
- mais de 2L	*1 114*	*1 365*	*1 420*	*1 559*	*996*	*767*	*1 353*
Vinhos comuns	270 336	324 958	337 091	378 892	392 725	367 230	370 908
t.v.h.	-	20.2	3.7	12.4	3.7	-	1.0
- até 2L	*236 767*	*285 764*	*285 814*	*307 808*	*326 491*	*303 765*	*326 687*
- mais de 2L	*33 569*	*39 194*	*51 277*	*71 084*	*66 235*	*63 466*	*44 222*
Mosto de uvas	304	676	97	2 306	39	33	337
t.v.h.	-	122.5	-85.6	2 271.2	-98.3	-	921.4

Nota: Os valores do Vinho do Porto em 2009 são de fonte Eurostat devido a indefinição gerada na base de dados do INE na sequência de alterações pautais posteriores.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

Em 2009 os Vinhos Comuns representavam 46,5% no total dos vinhos (contra 52,3% para o Vinho do Porto), para nos onze primeiros meses de 2014 pesarem já 55,3% (42,8% no para o Vinho do Porto) *(Figura 5).*

Figura 5 - Exportações de Vinho do Porto e Vinhos Comuns [1]
Peso no total dos vinhos (%)

- 2011 a 2013 e jan-nov 2013-2014 -



[1] Espumantes e mosto de uvas excluídos.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

Em ambos os casos, como se pode observar na Figura 4, predominam as exportações em recipientes com capacidade até 2 Litros (em princípio engarrafados).

Enquanto que as exportações de Vinho do Porto cresceram em valor entre 2009 e 2013 à taxa média anual de +1,0%, as de Vinhos Comuns aumentaram à taxa média anual de +9,8%, a que correspondeu um acréscimo entre os dois anos de +45,3% (+122,4 milhões de Euros, contra apenas +12,1 milhões no Vinho do Porto).

As exportações de espumantes (incluindo-se aqui também os vinhos espumosos) representaram ao longo do período em análise menos de 2% do total.

5 – Principais Mercados de Origem Recente das Importações de Vinhos

No período de janeiro a novembro de 2013 e 2014 os principais mercados de origem das importações de vinhos foram a Espanha (77,0% nos dois anos), a França (11,4% e 10,7% respetivamente), a Itália (7,1% e 7,2%) e a Alemanha (2,0% e 1,7%). A Finlândia, que em 2013 não surge como fornecedora, representou 1,0% do total em 2014 (*Figura 6*).

Figura 6 - Principais mercados de origem dos vinhos (NC 2204) [1]

- Janeiro a novembro de 2013 e 2014 -

(valor acima de 1 milhão de euros num dos períodos)

	1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
	Jan-Nov 2013	Jan-Nov 2014		Jan-Nov 2013	Jan-Nov 2014
MUNDO	**108 431**	**106 816**	**-1.5**	**100.0**	**100.0**
ES Espanha	83 506	82 217	-1.5	77.0	77.0
FR França	12 370	11 396	-7.9	11.4	10.7
IT Itália	7 649	7 685	0.5	7.1	7.2
DE Alemanha	2 189	1 763	-19.5	2.0	1.7
FI Finlândia	0	1 028	-	0.0	1.0
		Amostra (%) :		97.5	97.4

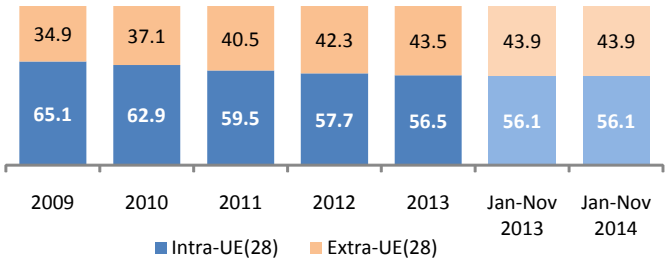
[1] Mais de 80% são Vinhos Comuns.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

6 – Principais Mercados de Destino Recente das Exportações de Vinhos

O espaço comunitário é o principal destino das exportações dos vinhos portugueses, sendo certo que o peso relativo dos Países Terceiros tem vindo a aumentar consistentemente, passando de 34,9% do total em 2009 para 43,5% em 2013 e 43,9% nos primeiros onze meses de 2014 (*Figura 7*).

Figura 7 - Exportação de vinhos (NC-2204) [1]
Peso relativo do comércio intra e extracomunitário (%)

- 2009 a 2013 e jan-nov 2013-2014 –



[1] Inclui Vinho do Porto, Vinhos Comuns, espumantes e mosto de uvas.
Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

No período de janeiro a novembro de 2013 e 2014, mais de 3/4 das exportações da globalidade dos vinhos tiveram por destino a França (15,1% em 2014), Angola (13,3%), o Reino Unido (9,9%), os EUA (8,1%), a Bélgica e a Alemanha (6,4% cada), os Países Baixos (6,2%), o Canadá (4,9%), o Brasil (4,0%) e a Suíça (3,6%).

Figura 8 - Principais mercados de destino dos vinhos (NC 2204)

- Janeiro a novembro de 2013 e 2014 –

(valor acima de 1 milhão de euros num dos períodos)

		1000 Euros		TVH	Estrutura (%)	
		Jan-Nov 2013	Jan-Nov 2014		Jan-Nov 2013	Jan-Nov 2014
	MUNDO	**665 998**	**670 796**	**0.7**	**100.0**	**100.0**
FR	França	102 845	101 132	-1.7	15.4	15.1
AO	Angola	87 818	89 175	1.5	13.2	13.3
GB	Reino Unido	66 002	66 608	0.9	9.9	9.9
US	EUA	52 171	54 510	4.5	7.8	8.1
BE	Bélgica	42 960	43 127	0.4	6.5	6.4
DE	Alemanha	36 505	42 696	17.0	5.5	6.4
NL	P.Baixos	43 851	41 335	-5.7	6.6	6.2
CA	Canadá	36 598	32 549	-11.1	5.5	4.9
BR	Brasil	26 182	27 058	3.3	3.9	4.0
CH	Suíça	21 820	23 927	9.7	3.3	3.6
SE	Suécia	14 492	14 297	-1.3	2.2	2.1
DK	Dinamarca	10 451	13 627	30.4	1.6	2.0
PL	Polónia	13 609	13 573	-0.3	2.0	2.0
ES	Espanha	18 075	12 945	-28.4	2.7	1.9
LU	Luxemburgo	8 454	8 676	2.6	1.3	1.3
CN	China	10 401	7 984	-23.2	1.6	1.2
MZ	Moçambique	6 265	7 296	16.4	0.9	1.1
NO	Noruega	6 526	6 683	2.4	1.0	1.0
IT	Itália	5 461	5 925	8.5	0.8	0.9
MO	Macau	4 926	5 187	5.3	0.7	0.8
JP	Japão	4 867	4 929	1.3	0.7	0.7
GW	Guiné-Bissau	3 986	4 366	9.6	0.6	0.7
QW	P.Terceiros n.d.	3 929	3 983	1.4	0.6	0.6
ST	S.Tomé e Pr.	3 357	3 696	10.1	0.5	0.6
FI	Finlândia	2 610	2 652	1.6	0.4	0.4
CV	Cabo Verde	2 419	2 390	-1.2	0.4	0.4
AU	Austrália	2 607	2 265	-13.1	0.4	0.3
IE	Irlanda	2 000	2 161	8.0	0.3	0.3
HK	Hong-Kong	2 130	2 080	-2.3	0.3	0.3
RU	Rússia	2 137	1 941	-9.2	0.3	0.3
AT	Áustria	1 505	1 837	22.0	0.2	0.3
CZ	Rep. Checa	1 101	1 452	31.9	0.2	0.2
AE	Emiratos	644	1 219	89.2	0.1	0.2
LV	Letónia	751	1 113	48.1	0.1	0.2
NZ	Nova Zelândia	709	1 079	52.2	0.1	0.2
SG	Singapura	1 002	1 062	6.1	0.2	0.2
MX	México	1 471	1 051	-28.6	0.2	0.2
SZ	Suazilândia	986	1 032	4.7	0.1	0.2
			Amostra (%) :		98.1	98.2

[1] Inclui Vinho do Porto, Vinhos Comuns, espumantes e mosto de uvas.

Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

6.1 - Vinho do Porto

As exportações de Vinho do Porto no período de janeiro a novembro de 2014 registaram uma quebra de -0,5% face ao período homólogo do ano anterior, na sequência de um decréscimo de -7,6% entre os Países Terceiros, não suficientemente compensado por um aumento de +1,6% entre os países comunitários.

Os principais destinos do Vinho do Porto no **espaço comunitário**, que absorveu 79,0% do total mundial em 2014, foram a França (26,6%), o Reino Unido (14,9%), os Países Baixos (12,4%), a Bélgica (10,6%) e a Alemanha (4,9%) *(Figura 9).*

Figura 9 - Mercados de destino do Vinho do Porto

- Janeiro a novembro de 2013 e 2014 -

(valor acima de 1 milhão de euros em algum dos períodos)

		1000 Euros		TVH	Estrutura (%)			
					UE e Terceiros.		Mundo	
		Jan-Nov 2013	Jan-Nov 2014		J-Nov 2013	J-Nov 2014	J-Nov 2013	J-Nov 2014
	MUNDO	**288 695**	**287 217**	**-0.5**	-	-	**100.0**	**100.0**
	UE-28	**223 447**	**226 922**	**1.6**	**100.0**	**100.0**	**77.4**	**79.0**
FR	França	72 355	76 382	5.6	32.4	33.7	25.1	26.6
GB	Reino Unido	47 125	42 854	-9.1	21.1	18.9	16.3	14.9
NL	P. Baixos	37 179	35 565	-4.3	16.6	15.7	12.9	12.4
BE	Bélgica	31 004	30 525	-1.5	13.9	13.5	10.7	10.6
DE	Alemanha	11 044	13 990	26.7	4.9	6.2	3.8	4.9
DK	Dinamarca	6 985	9 491	35.9	3.1	4.2	2.4	3.3
ES	Espanha	4 830	5 145	6.5	2.2	2.3	1.7	1.8
IT	Itália	2 400	2 540	5.8	1.1	1.1	0.8	0.9
PL	Polónia	2 511	2 317	-7.7	1.1	1.0	0.9	0.8
SE	Suécia	1 762	1 494	-15.2	0.8	0.7	0.6	0.5
IE	Irlanda	1 282	1 423	11.0	0.6	0.6	0.4	0.5
LU	Luxemburgo	1 113	1 172	5.3	0.5	0.5	0.4	0.4
	P.Terceiros	**65 248**	**60 296**	**-7.6**	**100.0**	**100.0**	**22.6**	**21.0**
US	EUA	26 121	25 448	-2.6	40.0	42.2	9.0	8.9
CA	Canadá	14 154	11 247	-20.5	21.7	18.7	4.9	3.9
BR	Brasil	3 477	3 521	1.3	5.3	5.8	1.2	1.2
CH	Suíça	2 996	3 203	6.9	4.6	5.3	1.0	1.1
QW	Países n.d.	2 378	2 415	1.5	3.6	4.0	0.8	0.8
AO	Angola	1 674	2 005	19.8	2.6	3.3	0.6	0.7
NO	Noruega	1 183	1 246	5.3	1.8	2.1	0.4	0.4
JP	Japão	1 403	1 219	-13.1	2.1	2.0	0.5	0.4
RU	Rússia	1 554	1 069	-31.2	2.4	1.8	0.5	0.4
CN	China	1 886	354	-81.2	2.9	0.6	0.7	0.1
						Amostra (%) :	95.7	95.6

Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

Os maiores ritmos de crescimento ocorreram nas exportações para a Dinamarca (+35,9%), Alemanha (+26,7%) e Irlanda (+11,0%), tendo as maiores quebras incidido na Suécia (-15,2%) e no Reino Unido (-9,1%).

Entre os **Países Terceiros**, os principais destinos do Vinho do Porto foram os EUA (8,9% do total mundial) e o Canadá (3,9%). A maior taxa de crescimento verificou-se em Angola (+19,8%), cabendo as maiores descidas à China (-81,2%), à Rússia (--31,2%), ao Canadá (-20,5%) e ao Japão (-13,1%). Também decaíram as exportações para os EUA (-2,6%).

6.2 - Vinhos Comuns

As exportações de Vinhos Comuns no período de Janeiro a Novembro de 2014 registaram um acréscimo de +1,0% face ao período homólogo do ano anterior, na sequência de um decréscimo de -1,6% verificado no espaço comunitário, a que se contrapôs um aumento de +2,7% entre os Países Terceiros *(Figura 10).*

Figura 10- Mercados de destino dos Vinhos Comuns [1]

- Janeiro a novembro de 2013 e 2014 -

(valor acima de 1 milhão de euros em algum dos períodos)

		1000 Euros		TVH	Estrutura (%) UE e Terceiros.		Estrutura (%) Mundo	
		2013	2014		2013	2014	2013	2014
MUNDO		**367 230**	**370 908**	**1.0**	-	-	**100.0**	**100.0**
UE-28		**147 633**	**145 317**	**-1.6**	**100.0**	**100.0**	**40.2**	**39.2**
DE	Alemanha	25 409	28 594	12.5	17.2	19.7	6.9	7.7
FR	França	29 674	24 206	-18.4	20.1	16.7	8.1	6.5
GB	Reino Unido	18 692	22 713	21.5	12.7	15.6	5.1	6.1
SE	Suécia	12 726	12 787	0.5	8.6	8.8	3.5	3.4
BE	Bélgica	11 932	12 582	5.4	8.1	8.7	3.2	3.4
PL	Polónia	11 022	11 250	2.1	7.5	7.7	3.0	3.0
LU	Luxemburgo	7 269	7 408	1.9	4.9	5.1	2.0	2.0
ES	Espanha	12 433	6 746	-45.7	8.4	4.6	3.4	1.8
NL	P.Baixos	6 586	5 582	-15.2	4.5	3.8	1.8	1.5
DK	Dinamarca	3 375	4 031	19.4	2.3	2.8	0.9	1.1
IT	Itália	3 046	3 094	1.6	2.1	2.1	0.8	0.8
FI	Finlândia	1 662	1 684	1.3	1.1	1.2	0.5	0.5
P.Terceiros		**219 597**	**225 591**	**2.7**	**100.0**	**100.0**	**59.8**	**60.8**
AO	Angola	80 702	80 238	-0.6	36.8	35.6	22.0	21.6
US	EUA	25 831	28 906	11.9	11.8	12.8	7.0	7.8
BR	Brasil	22 428	23 242	3.6	10.2	10.3	6.1	6.3
CA	Canadá	22 389	21 237	-5.1	10.2	9.4	6.1	5.7
CH	Suíça	18 661	20 570	10.2	8.5	9.1	5.1	5.5
CN	China	8 400	7 560	-10.0	3.8	3.4	2.3	2.0
MZ	Moçambique	6 138	7 078	15.3	2.8	3.1	1.7	1.9
NO	Noruega	5 267	5 376	2.1	2.4	2.4	1.4	1.4
MO	Macau	3 998	4 353	8.9	1.8	1.9	1.1	1.2
GW	Guiné-Bissau	3 946	4 314	9.3	1.8	1.9	1.1	1.2
ST	S.Tomé Pr.	3 258	3 628	11.3	1.5	1.6	0.9	1.0
JP	Japão	3 289	3 499	6.4	1.5	1.6	0.9	0.9
CV	Cabo Verde	2 325	2 305	-0.8	1.1	1.0	0.6	0.6
AU	Austrália	1 691	1 582	-6.4	0.8	0.7	0.5	0.4
QW	Países n.d.	1 387	1 385	-0.2	0.6	0.6	0.4	0.4
HK	Hong-Kong	1 245	1 083	-13.0	0.6	0.5	0.3	0.3
SZ	Suazilândia	977	1 002	2.6	0.4	0.4	0.3	0.3
						Amostra (%) :	96.9	96.5

[1] Não inclui Vinho do Porto, espumantes/espumosos e mosto de uvas.

Fonte: A partir de dados de base do INE - (http://www.ine.pt).

Foram os **Países Terceiros** o principal destino das exportações de Vinhos Comuns, 60,8% do total mundial destes vinhos, com destaque para Angola (21,6%), a que se seguiram os EUA (7,8%), o Brasil (6,3%), o Canadá (5,7%) e a Suíça (5,5%).

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), para além de Angola e do Brasil, contam-se como consumidores dos Vinhos Comuns portugueses Moçambique (1,9%), a Guiné-Bissau (1,2%), São Tomé e Príncipe (1,0%) e Cabo Verde (0,6%).

O antigo território português de Macau contribuiu com 1,2% para as exportações nacionais de Vinhos Comuns nos primeiros onze meses de 2014.

Os maiores ritmos de crescimento couberam a Moçambique (+15,3%), aos EUA (+11,9%), a S.Tomé e Príncipe (+11,3%), e à Suíça (+10,2%), tendo as maiores quebras incidido em Hong-Kong (-13,0%) e na China (-10,0%).

No **espaço comunitário**, os principais mercados destes vinhos foram a Alemanha (7,7% do total mundial), a França (6,5%) e o Reino Unido (6,1%).

Os decréscimos mais significativos ocorreram em Espanha (-45,7%), em França (-18,4%) e nos Países Baixos (-15,2%). Por sua vez, os maiores ritmos de crescimento registaram-se no Reino Unido (+21,5%), na Dinamarca (+19,4%) e na Alemanha (+12,5%).

7 – Valores Médios Unitários de Exportação dos Vinhos

Para o cálculo do valor médio unitário de exportação dos vinhos foi utilizada a base de dados do Eurostat para os anos de 2010 a 2013, consentânea com a constante do portal do INE em termos de valores, por esta não disponibilizar as quantidades envolvidas.

7.1 – Vinho do Porto

De uma maneira geral, o valor médio unitário de exportação do Vinho do Porto aumentou entre os anos de 2010 e 2013 nos principais mercados de destino, tanto no que se refere ao vinho acondicionado em recipientes de capacidade até 2 litros (vulgo vinho engarrafado) como em recipientes de capacidade superior *(Figura 11).*

Figura 11 - Valores médios unitários de exportação do Vinho do Porto para os principais mercados de destino

- 2010 a 2013 -

(Euros / Litro)

	EUA até 2L	Bélgica até 2L	Brasil até 2L	Canadá até 2L	Alem. até 2L	França		R.Unido	
						até 2L	sup. 2L	até 2L	sup. 2L
2010	7.1	3.6	4.4	8.8	3.9	3.5	2.3	5.0	2.4
2011	7.3	3.6	4.5	9.1	3.8	3.5	2.3	4.7	2.3
2012	7.4	3.7	4.5	9.5	3.9	3.5	2.3	5.0	3.0
2013	8.2	3.8	4.6	9.6	4.1	3.6	2.7	5.1	3.0

Nota: PP 2204 21 89 - em recipientes até 2 Litros; PP 2204 29 89 - mais de 2 Litros.
Fonte: A partir da base de dados do Eurostat - http://ec.europa.eu/eurostat/data/database.

Os mercados em que o vinho atingiu os preços mais elevados foram o Canadá e os EUA. Seguiu-se o Reino Unido, o Brasil, a Alemanha, a Bélgica e a França.

7.2 – Vinhos Comuns

Das figuras seguintes constam os preços médios unitários de exportação dos Vinhos Comuns para os principais mercados intra e extracomunitários *(Figuras 12 e 13).*

Como é natural, os vinhos exportados em recipientes de capacidade superior a 2 litros (vulgo a granel), registam preços inferiores aos restantes.

Figura 12 - Valores médios unitários de exportação dos Vinhos Comuns para os principais mercados intracomunitários

- 2010 a 2013 -

Euros/Litro

	Intra UE-28	Alem.	França	R.Unido	Bélgica	Suécia	Polónia
Até 2 Litros:							
2010	2.6	2.5	2.7	2.8	2.5	2.7	1.6
2011	2.3	2.0	2.3	2.0	2.4	2.7	1.8
2012	2.3	2.4	2.3	2.0	2.3	2.4	1.8
2013	2.3	2.9	2.2	2.2	2.4	2.4	1.9
Mais de 2 Litros:							
2010	0.5	0.4	0.4	1.4	0.9	2.1	1.4
2011	0.5	0.5	0.3	1.5	1.0	1.9	1.4
2012	0.6	0.6	0.5	1.7	1.1	2.2	0.9
2013	0.7	0.7	0.7	0.9	1.1	2.3	0.7

Nota: PP 2204 21 89 - em recipientes até 2 Litros; PP 2204 29 89 - mais de 2 Litros.
Fonte: A partir de dados de base Eurostat - http://ec.europa.eu/eurostat/data/database.

Figura 13 - Valores médios unitários de exportação dos Vinhos Comuns para os principais mercados extracomunitários

- 2010 a 2013 -

Euros/Litro

	Extra UE-28	Angola	EUA	Brasil	Canadá	Suíça
Até 2 Litros:						
2010	2.0	1.6	2.6	2.7	3.2	3.2
2011	2.0	1.7	2.5	2.9	3.3	3.2
2012	2.1	1.9	2.6	2.9	3.4	3.3
2013	2.3	2.0	2.7	2.8	3.3	3.5
Mais de 2 Litros:						
2010	0.6	0.5	1.1	1.5	0.7	0.9
2011	0.6	0.5	1.0	0.9	1.1	0.9
2012	0.7	0.6	1.0	0.9	1.2	1.0
2013	0.8	0.7	1.1	1.4	1.6	1.0

Nota: NC 22042189 - em recipientes até 2 Litros; NC 22042989 - mais de 2 Litros.
Fonte: A partir de dados de base Eurostat - http://ec.europa.eu/eurostat/data/database.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 27 de janeiro de 2015	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 27 de janeiro de 2015 destacam-se os seguintes temas: ▪ **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**: A Comissão Europeia apresentou a sua proposta de regulamento para o estabelecimento de um Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, elemento integrante do recentemente anunciado Plano de Investimentos para a Europa. Neste contexto, a Presidência informou quanto à sua intenção de voltar a debater o tema no próximo mês de fevereiro, procurando obter um acordo sobre a referida proposta em março de 2015**.** ▪ **Programa de trabalhos da Presidência Letã:** O Conselho discutiu o programa de trabalhos para os assuntos económicos e financeiros apresentado pela Presidência Letã, a qual decorrerá entre janeiro a junho do ano corrente. Como principais prioridades do referido programa destacam-se: (i) fomentar uma recuperação económica sustentável da Europa, implicando, por um lado, responsabilidade orçamental (em linha com Pacto de Estabilidade e Crescimento) e, por outro, iniciativas para estimular o crescimento, em particular apoiando a implementação do Plano de Investimento apresentada pela Comissão Europeia, (ii) assegurar o processo de monitorização de políticas no quadro do "Semestre Europeu" e (iii) reforçar e melhorar o funcionamento da União Económica e Monetária, (iv) dar continuidade ao trabalho desenvolvido no quadro da regulação do setor financeiro e (iv) continuar os trabalhos no âmbito da prevenção da evasão e fraude fiscais. ▪ **Programa de Trabalhos da Comissão Europeia**: A Comissão Europeia apresentou o seu programa de trabalho para 2015, em particular para as questões económicas e financeiras. Assim, deu nota dos esforços a serem desenvolvidos no sentido de promover o emprego, crescimento e investimento. Neste contexto, a Comissão Europeia apresentou os seus planos para reforçar o impacto dos fundos europeus e melhorar o ambiente de negócios, bem como para a construção de uma união dos mercados de capitais. No âmbito da União Económica e Monetária, assumem particular destaque as propostas para a melhoria da governação económica. Questões como o combate à evasão e fraude fiscais, bem como o estímulo à transparência e equidade nesta matéria, integram igualmente o programa de trabalhos da Comissão Europeia. ▪ **Governação Económica – Pacto de Estabilidade e Crescimento**: O Conselho discutiu as duas comunicações da Comissão Europeia no quadro das regras económicas e orçamentais da UE. Sobre o primeiro, que avalia a eficácia das reformas de 2011 e 2013 das regras de governação (*six-pack* e *two-pack*), o debate foi adiado, requerendo-se uma preparação a nível técnico da discussão. Note-se que a referida comunicação confirma a eficácia das novas regras, reforçando o quadro de governação económica, reconhecendo, porém, margem para aumentos de transparência e simplificação de processos. Relativamente à segunda comunicação, onde a Comissão Europeia esclarece a margem de flexibilização existente nas atuais regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o Conselho reconheceu o seu contributo para a clarificação da matéria e remeteu para futuras discussões ao nível do Comité Económico e Financeiro. ▪ **Combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo**: Os Ministros aprovaram o compromisso alcançado previamente com o Par-

Iniciativa	Sumário
	lamento Europeu relativamente às novas regras relativamente à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (uma Diretiva e um Regulamento). Os Ministros discutiram, ainda, na sequência dos recentes ataques terroristas, o reforço do combate ao terrorismo, seja pela melhoria da eficácia das atuais medidas, seja pela introdução de medidas adicionais. A discussão de eventuais medidas adicionais será realizada na sessão informal do Conselho Europeu, no próximo dia 12 de fevereiro. No domínio dos serviços financeiros, destaca-se ainda a adoção pelo COREPER, no dia 21 de janeiro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu quanto à proposta de Regulamento relativo às comissões de intercâmbio aplicáveis a operações de pagamento associadas a cartões.
Conselho de Ministros de 22 de janeiro	Aprovou as normas de execução do Orçamento do Estado para 2015. É reforçada a garantia de um controlo rigoroso da execução orçamental, necessária a uma correta aplicação da política definida no Orçamento do Estado para 2015 e ao cumprimento das metas estabelecidas, sem prejuízo de ser continuado o caminho de maior responsabilização, a par de uma maior flexibilidade, dos serviços e organismos da Administração Pública na respetiva gestão orçamental. No âmbito do dever de informação, continua a estabelecer-se a obrigatoriedade de disponibilização pelos serviços e organismos de um conjunto de elementos informativos, de modo a permitir a permanente verificação do cumprimento dos objetivos da execução orçamental para 2015. Mantém-se também a utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação nos procedimentos de controlo da execução orçamental.
Competências dos municípios no domínio da educação, saúde, segurança social e cultura. Conselho de Ministros de 15 de janeiro	Aprovou o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais da educação, saúde, segurança social e cultura. São concretizadas as regras a que deve obedecer a contratualização entre o Estado e os municípios e as entidades intermunicipais e são também identificadas as competências delegáveis nos referidos domínios sociais. Esta contratualização será aplicada de forma gradual e faseada, através de projetos-piloto, os quais irão envolver a transferência dos recursos necessários para as entidades locais e um processo transparente de acompanhamento e monitorização.
Caderno de encargos do processo de reprivatização da TAP Conselho de Ministros de 15 de janeiro	Aprovou o caderno de encargos do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, sendo estabelecidos os critérios de seleção dos candidatos à aquisição de ações. Esta decisão é tomada - na sequência da aprovação do processo de reprivatização por venda direta de referência de até 61% das ações representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., e de uma oferta de venda destinada aos trabalhadores de até 5% do capital social. A venda direta de referência compreende a alienação, pela Parpública, por negociação particular, de um ou mais lotes indivisíveis de ações representativas do capital social da TAP SGPS, S.A., a um ou mais investidores nacionais ou estrangeiros, individualmente ou em agrupamento. Entre as exigências constantes do caderno de encargos hoje aprovado, está a contribuição para o reforço da capacidade económico-financeira da TAP SGPS, S.A., e da TAP, S.A., e da sua estrutura de capital, bem como a assunção de compromissos de estabilidade

Iniciativa	Sumário
	laboral. É também exigida a garantia de execução de um projeto estratégico, tendo em vista a preservação e promoção do crescimento da TAP, S.A., com a manutenção da integridade, identidade empresarial e autonomia do Grupo TAP, conservando a marca TAP e a sua associação a Portugal e assegurando que a sede e a direção efetiva do Grupo TAP continuam a estar localizadas em Portugal, valorizando e desenvolvendo os seus recursos humanos. Será também avaliada a contribuição do projeto para o crescimento da economia nacional, incluindo o desenvolvimento do atual *hub* nacional, como plataforma estratégica nas relações entre a Europa, África e a América Latina. Os candidatos à reprivatização da TAP estão ainda vinculados ao cumprimento das obrigações de serviço público, incluindo no que respeita às ligações aéreas entre os principais aeroportos nacionais e as Regiões Autónomas, bem como a continuidade e reforço das rotas que sirvam as Regiões Autónomas, a diáspora e os países e comunidades de expressão ou língua oficial portuguesa. Será tida em conta a experiência técnica e de gestão no sector da aviação, a sua idoneidade e capacidade financeira. As ações a alienar no processo de privatização ficaram sujeitas a um período de indisponibilidade de 5 anos.
Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020 Conselho de Ministros de 31 de dezembro de 2014	Aprovou o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020. O Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) constitui-se como um instrumento de planeamento da política de gestão de resíduos estabelecendo as orientações estratégicas, de âmbito nacional, de prevenção e gestão de resíduos, bem como as regras orientadoras que asseguram a coerência dos instrumentos de gestão de resíduos, no sentido da concretização dos princípios enunciados no direito europeu e nacional, numa ótica de proteção do ambiente e desenvolvimento do País. É assumida a necessidade de mudança de paradigma para uma visão integrada dos recursos naturais, em prol da promoção do crescimento verde cuja concretização requer um novo ciclo de reformas estruturais e de investimentos seletivos e produtivos, em áreas estratégicas como o conhecimento, a política industrial e a economia verde, suscetíveis de promover sustentadamente o crescimento e o emprego.

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Autorização de realização de despesa Resolução do Conselho de Ministros N.º 79/2014 - Diário da República N.º 250/2014, Série I de 2014-12-29	Autoriza a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., a realizar a despesa relativa ao acordo de financiamento a celebrar com a Associação Fraunhofer-Portugal Research (2014-2018), para a implementação da 2.ª fase do Programa «Fraunhofer-Portugal».
Autorização de repartição de despesa Portaria N.º 1093/2014 - Diário da República N.º 250/2014, Série II de 2014-12-29	Autoriza os organismos identificados no anexo à presente portaria a proceder à repartição dos encargos resultantes da aquisição centralizada de serviços de comunicações unificadas.
Autorização de assunção de despesa Portaria N.º 1094/2014 - Diário da República N.º 250/2014, Série II de 2014-12-29	Portaria que autoriza o Instituto da Segurança Social, I.P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de serviços de vigilância e segurança.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Autorização de assunção de despesa Portaria N.º 1095-A/2014 - Diário da República N.º 250/2014, 2º Suplemento, Série II de 2014-12-29	Autoriza a Direção-Geral das Atividades Económicas, o Instituto do Turismo de Portugal, I. P., Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., Gabinete do Ministro da Economia e Gabinete do Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação em causa.
Códigos de atividade económica (CAE) Portaria N.º 282/2014 - Diário da república n.º 251/2014, série I de 2014-12-30	Define os códigos de atividade económica (CAE) correspondentes a várias atividades cujos projetos de investimento são passíveis de beneficiar do regime de benefícios fiscais aprovado pelo Código Fiscal do Investimento.
Autorização de repartição de encargos Portaria N.º 1096/2014 - Diário da República N.º 251/2014, Série II de 2014-12-30	Autoriza a Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de "Empreitada de Porto de Vila Conde. Reparação e Recuperação do Açude".
Autorização de extensão de encargos Portaria N.º 1097/2014 - Diário da República N.º 251/2014, Série II de 2014-12-30	Extensão de encargos - Adesão de Portugal através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT, I.P.) ao ERIC (European Research Infrastructure Consortium) do DARIAH (Digital Infrastructure for Arts and Humanities).
Autorização de assunção de encargos Portaria N.º 1098/2014 - Diário da República N.º 251/2014, Série II de 2014-12-30	Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os encargos orçamentais decorrentes da celebração do Acordo de Colaboração n.º 100/2011 sobre a requalificação da Escola Básica Professor Mendes dos Remédios - Nisa.
Autorização de assunção de encargos Portaria N.º 1099/2014 - Diário da República N.º 251/2014, Série II de 2014-12-30	Autoriza as entidades do MSESS a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de serviços de vigilância e segurança.
Autorização de assunção de encargos Portaria N.º 1100/2014 - Diário da República N.º 251/2014, Série II de 2014-12-30	Autoriza o Instituto de Informática, I.P., a assumir os encargos orçamentais para os anos de 2014 e 2015, decorrentes do contrato de aquisição de serviços de desenvolvimento de software.
Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas Lei n.º 82-C/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva n.º 2014/86/UE, do Conselho, de 8 de julho, que altera a Diretiva n.º 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados membros diferentes e adequando o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da União Europeia.
Fiscalidade ambiental Lei n.º 82-D/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental.
Reforma da tributação das pessoas singulares Lei n.º 82-E/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Procede a uma reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto do Selo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a lei geral tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 de janeiro, e revoga o Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro.
Pensões mínimas para o ano de 2015. Portaria n.º 286-A/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Estabelece as normas de atualização das pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2015.
Contribuição sobre sacos de plástico Portaria n.º 286-B/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 3º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves.
Grandes Opções do Plano para 2015 Lei n.º 82-A/2014 - Diário da República n.º	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31	
Orçamento do Estado para 2015 Lei n.º 82-B/2014 - Diário da República n.º 252/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Aprova o Orçamento do Estado para 2015.
Regime Contratual de Investimento Decreto-Lei n.º 191/2014 - Diário da República n.º 252/2014, Série I de 2014-12-31	Estabelece um regime especial de contratação de apoios e incentivos exclusivamente aplicável a grandes projetos de investimento enquadráveis no âmbito das atribuições da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E, designado por regime contratual de investimento.
Fixação de normas de atualização de pensões Portaria N.º 286-A/2014 - Diário da República N.º 252/2014, 2º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Estabelece as normas de atualização das pensões mínimas do regime geral da segurança social para o ano de 2015.
Regulamentação de contribuição Portaria N.º 286-B/2014 - Diário da República N.º 252/2014, 3º Suplemento, Série I de 2014-12-31	Regulamenta a contribuição sobre os sacos de plástico leves.
Autorização de repartição de encargos Portaria N.º 1101/2014 - Diário da República N.º 252/2014, Série II de 2014-12-31	Autoriza a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial a proceder à repartição de encargos, relativa às obras de beneficiação e conservação do rés-do-chão do edifício da Presidência do Conselho de Ministros.
Autorização de assunção de compromisso plurianual Portaria N.º 1101-A/2014 - Diário da República N.º 252/2014, 2º Suplemento, Série II de 2014-12-31	Autoriza a assumir o compromisso plurianual no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o Refúgio Aboim Ascensão, referente aos anos de 2014 e de 2015.
Custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos Aviso n.º 3/2015 - Diário da República n.º 1/2015, Série II de 2015-01-02	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2014, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
Autorização de suporte de encargos Portaria n.º 1/2015 - Diário da República n.º 1/2015, Série I de 2015-01-02	Autoriza o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial a suportar os encargos relativos ao contrato de financiamento a celebrar com a Direção-Geral do Património Cultural, respeitante ao apoio financeiro a conceder destinado às operações de Conservação e Restauro da Fachada Este do Palácio Nacional da Ajuda.
Restituição aos consumidores das cauções de serviços públicos essenciais Decreto-Lei n.º 2/2015 - Diário da República n.º 3/2015, Série I de 2015-01-06	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de junho, prorrogando o prazo para a apresentação dos pedidos de restituição aos consumidores do valor das cauções de determinados serviços públicos essenciais e criando para os prestadores destes serviços obrigações adicionais de informação aos consumidores a quem aquelas cauções não foram ainda restituídas.
Autorização de assunção de encargos plurianuais Portaria n.º 4/2015 - Diário da República n.º 3/2015, Série II de 2015-01-06	Autoriza o IGFEJ, I. P., a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de empreitada relativo à remodelação do edifício onde serão instaladas as secções de execução e comércio do Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal.
Novo Código do Procedimento Administrativo Decreto-Lei n.º 4/2015 - Diário da República n.º 4/2015, Série I de 2015-01-07	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, aprova o novo Código do Procedimento Administrativo.
Aprovação de Orçamento Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A - Diário da República n.º 4/2015, Série I de 2015-01-07	Aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015.
Plano Anual Regional Decreto Legislativo Regional n.º 2/2015/A - Diário da República n.º 4/2015, Série I de 2015-01-07	Aprova o Plano Anual Regional para 2015
Autorização de comparticipação de encargos	Autoriza o Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial a comparticipar nos encargos relativos ao contrato de financi-

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
Portaria n.º 10/2015 - Diário da República n.º 4/2015, Série II de 2015-01-07	amento a celebrar com a Direção-Geral do Património Cultural, respeitante ao apoio financeiro destinado às operações de Remodelação das Coberturas do Museu Nacional dos Coches.
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários Decreto-Lei n.º 5/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série I de 2015-01-08	Procede à aprovação dos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.
Regras na criação de sistemas de incentivos Decreto-Lei n.º 6/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série I de 2015-01-08	Estabelece as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis às empresas no território do continente.
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 12/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série II de 2015-01-08	Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA) a proceder à repartição de encargos, relativos aos contratos de apoio que virão a ser celebrados, na tipologia de Apoio ao Cinema, que compreende os Programas de Apoio aos Novos Talentos e às Primeiras Obras e de Apoio ao Cinema e, ainda, os valores relativos à execução dos Protocolo Luso-Brasileiro e Luso-Francês.
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 13/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série II de 2015-01-08	Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA) a proceder à repartição de encargos, relativos aos contratos de apoio que virão a ser celebrados na tipologia de Apoio ao Audiovisual e Multimédia, que compreende o Programa de Apoio ao Audiovisual e Multimédia.
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 14/2015 - Diário da República n.º 5/2015, Série II de 2015-01-08	Autoriza o Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA) a proceder à repartição de encargos, relativos aos contratos de apoio que virão a ser celebrados no âmbito do Programa de apoio à Internacionalização.
Regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial Lei n.º 3/2015 - Diário da República n.º 6/2015, Série I de 2015-01-09 - Assembleia da República	Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno.
Contrato de investimento Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2015 - Diário da República n.º 6/2015, Série I de 2015-01-09 - Presidência do Conselho de Ministros	Aprova as minutas de aditamento ao contrato de investimento e ao contrato de concessão de benefícios fiscais, a celebrar entre o Estado Português e a Inverama, S.A., e a Polipropigal - Fabricação de Polipropileno, Unipessoal, Lda.
Concessão de garantia pessoal Despacho n.º 237/2015 - Diário da República n.º 6/2015, Série II de 2015-01-09	Concessão de garantia pessoal do Estado ao Fundo de Contragarantia Mútuo, no âmbito do Sistema de Garantia Mútua Português.
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 44/2015 - Diário da República n.º 6/2015, Série II de 2015-01-09	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato da "Empreitada para a Obra de Requalificação da Marginal entre Lavadores e Salgueiros, no concelho de Vila Nova de Gaia".
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 45/2015 - Diário da República n.º 6/2015, Série II de 2015-01-09	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato da "Empreitada para Reabilitação da Proteção Aderente a Norte e a Sul do Esporão n.º 1 e Reabilitação dos Esporões n.ºs 1 e 2 a Sul do Quebra-Mar de Castelo do Neiva".
Autorização de celebração de contratos programa Despacho n.º 278/2015 - Diário da República n.º 7/2015, Série II de 2015-01-12	Autoriza a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas a celebrar Contratos-Programa com os Municípios de Mértola, Moita, Oliveira do Bairro, Silves e Vila Velha de Ródão e Adendas aos Contratos-Programa celebrados com os Municípios de Almeida, Mogadouro, Ribeira de Pena, Serpa, Silves, Vila de Rei e Tabuaço.
Autorização de assunção de encargos Despacho n.º 281/2015 - Diário da República n.º 7/2015, Série II de 2015-01-12	Autoriza a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais a assumir os encargos orçamentais decorrentes do contrato de prestação de serviços móveis de voz e dados.
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 46/2015 - Diário da República n.º 7/2015, Série II de 2015-01-12	Autoriza a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.) a efetuar a repartição de encargos relativos ao contrato da "Empreitada para a Obra de Recuperação e Consolidação do

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
	Sistema Dunar desde a Ribeira de Silvalde até à Lagoa de Paramos".
Tabelas de Retenção na fonte Despacho n.º 309-A/2015 - Diário da República n.º 7/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-01-12	Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte para vigorarem durante o ano de 2015.
Autorização de realização de despesa Despacho n.º 309-B/2015 - Diário da República n.º 7/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-01-12	Autoriza a realização da despesa pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação e Ciência, no âmbito do contrato-programa a celebrar com a Escola Profissional Gustave Eiffel para o ciclo de formação 2014/2017 e delega, com faculdade de subdelegação, no Ministro da Educação e Ciência, a competência para a prática de vários atos.
Autorização legislativa Decreto-Lei n.º 7/2015 - Diário da República n.º 8/2015, Série I de 2015-01-13	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, procede à reforma do regime de tributação dos organismos de investimento coletivo, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, o Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro e a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro.
Autorização de assunção de encargos Portaria n.º 49/2015 - Diário da República n.º 9/2015, Série II de 2015-01-14	Autoriza o Instituto de Informática, I.P., a assumir os encargos orçamentais para os anos de 2014, 2015 e 2016 do contrato de aquisição de serviços de transmissão de ficheiro.
Transporte rodoviário de passageiros e bagagens Decreto-Lei n.º 9/2015 - Diário da República n.º 10/2015, Série I de 2015-01-15	Estabelece as condições que devem ser observadas no contrato de transporte rodoviário de passageiros e bagagens, em serviços regulares, bem como o regime sancionatório pelo incumprimento das normas do Regulamento (UE) n.º 181/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011.
Regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração Decreto-Lei n.º 10/2015 - Diário da República n.º 11/2015, Série I de 2015-01-16	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 29/2014, de 19 de maio, aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo.
Termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento de veículos rodoviários. Lei n.º 6/2015 - Diário da República n.º 11/2015, Série I de 2015-01-16	Estabelece os termos da inclusão de combustíveis simples nos postos de abastecimento para consumo público localizados no território continental, em função da respetiva localização geográfica, bem como obrigações específicas de informação aos consumidores acerca da gasolina e gasóleo rodoviários disponibilizados nos postos de abastecimento
Autorização de realização de despesa Despacho n.º 509/2015 - Diário da República n.º 12/2015, Série II de 2015-01-19	Autoriza a realização em 2014 da despesa relativa à participação do MAOTE, através do Fundo Português de Carbono, no Programa de Observação da Terra da ESA EOEP-4 (Earth Observation Envelope Programme phase 4) da Agência Espacial Europeia (ESA).
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 56/2015 - Diário da República n.º 12/2015, Série II de 2015-01-19	Autoriza o Instituto da Segurança Social, IP, a assumir e a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de fornecimento de eletricidade de baixa tensão normal (BTN) para as suas instalações.
Autorização de repartição de encargos Portaria n.º 57/2015 - Diário da República n.º 12/2015, Série II de 2015-01-19	Autoriza o Instituto da Segurança Social, I. P. a proceder à repartição dos encargos inerentes a contrato para a instalação e funcionamento dos Serviços nas Lojas do Cidadão.
Processo de reprivatização da TAP- caderno de encargos Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015 - Diário da República n.º 13/2015, 1º Suplemento, Série I de 2015-01-20	Aprova o caderno de encargos do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A.
Extensão de encargos orçamentais Portaria n.º 58/2015 - Diário da República n.º 13/2015, Série II de 2015-01-20	Extensão de encargos orçamentais decorrentes da renovação do Sistema de Gestão Consular.
Repartição dos encargos Portaria n.º 67/2015 - Diário da República n.º	Autoriza a DGRM a proceder à repartição dos encargos relativos à "Aquisição de serviços para desenvolvimento/manutenção aplicacional e administração de sistemas/base

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
14/2015, Série II de 2015-01-21	de dados da DGRM"
Governação transversal de subsistemas de Proteção Social Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2015 - Diário da República n.º 15/2015, Série I de 2015-01-22	Determina a criação de uma equipa técnica visando o estudo de um modelo de governação transversal ao subsistema da Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública, ao subsistema de saúde dos militares das Forças Armadas, ao subsistema de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana, e ao subsistema de assistência na doença da Polícia de Segurança Pública.
Extensão de encargos Portaria n.º 70/2015 - Diário da República n.º 15/2015, Série II de 2015-01-22	Extensão de encargos - Seguros de Saúde para militares em missões na CTM.
Declarações de suficiência orçamental e de cativação de verbas Despacho n.º 729/2015 - Diário da República n.º 16/2015, Série II de 2015-01-23	Aprova as declarações de suficiência orçamental e de cativação de verbas emitidas pelas entidades públicas empresariais do Serviço Nacional de Saúde.
Pedido de adesão ao apoio financeiro transitório de urgência Despacho n.º 763/2015 - Diário da República n.º 17/2015, Série II de 2015-01-26	Aprova o pedido de adesão ao apoio financeiro transitório de urgência ao Município da Nazaré e autoriza a concessão de um empréstimo.
Assumir encargos orçamentais Portaria n.º 73/2015 - Diário da República n.º 18/2015, Série II de 2015-01-27	Autoriza o IGFEJ a assumir os encargos orçamentais decorrentes da remodelação e adaptação do edifício e espaço comercial, sitos na Rua Combatentes da Grande Guerra, n.ºs 49 e 64, em Bragança, para serem instalados o "back-office" e o "front-office" dos Serviços dos Registos e do Notariado.

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AL	Administração Local
AR	Administração Regional
BCE	Banco Central Europeu
BEA	*Bureau of Economic Analysis*
BGFRS	*Board of Governors of the Federal Reserve System*
BLS	*Bureau of Labour Statistic*
BP	Banco de Portugal
BT	Bilhetes do Tesouro
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto
CE	Comissão Europeia
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
COGJ	*Cabinet Office Government of Japan*
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia
DGO	Direção-geral do Orçamento
DGT	Direção-geral do Tesouro
EPA	*Economic Planning Agency*
Eurostat	Instituto de Estatística da UE
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
INE	Instituto Nacional de Estatística
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISM	*Institute for Supply Management*
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália
ISV	Imposto sobre Veículos
IUC	Imposto Único de Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MC	*Ministry of Commerce of China*
Michigan	Universidade de Michigan
NBSC	*National Bureau of Statistics of China*
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
OT	Obrigações do Tesouro
PIB	Produto Interno Bruto
SDDS	*Special Data Dissemination Standard*
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
Yahoo	*Finance Yahoo*

Siglas	Unidades
%	Percentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
: representa valor não disponível.
- não se aplica.